

JOSÉ CARLOS BARREIRO

CAMPESINATO & CAPITALISMO

Formas de Extração do Trabalho Excedente Camponês na
Economia Cafeeira Paulista

(1880-1910)

Dissertação de Mestrado em
Ciências Humanas, Área de
História do Brasil.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, DA UNIVERSI
DADE ESTADUAL DE CAMPINAS. CAMPINAS, 1980.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
-----------------	---

CAPÍTULO I: A REPRODUÇÃO DE CAPITAL NA ECONOMIA CA-
FEEIRA PAULISTA.

1. O Desenvolvimento do Capitalismo Euro peu na Fase Manufatureira: Princípios Teóricos - Gerais.....	21
2. O Padrão de Acumulação na Economia Cafe eira Paulista.....	27

CAPÍTULO II: A PEQUENA PROPRIEDADE NA ORDEM EX -
PORTADORA.

1. A Pequena Propriedade: Uma discussão da burguesia.....	46
2. O Surgimento do Campesinato.....	56
3. Caracterização do Pequeno Proprietário.	68

CAPÍTULO III: SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO AO CAPITAL

1. A Questão Camponesa na Teoria do Capitalismo.....	81
2. A Propósito do Campesinato nas Análises sobre a Economia Cafeeira Paulista.....	93
3. Consciência Burguesa e Consciência Camponesa: A Desarticulação da Práxis Negadora do Sistema.....	106
4. O Trabalho Acessório Camponês na Dinâmica da Acumulação Cafeeira.....	114
5. O Papel do Campesinato no Conjunto da Economia Brasileira.....	144
CONCLUSÃO	148
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	152

DEDICO ESTE TRABALHO PARA:

LAERCIO

TEREZA

IVONE

IDEGAR

e

ANA MARIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que das mais diversas formas colaboraram na elaboração deste trabalho: Entretanto, agradeço especialmente:

- Ao Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, na pessoa de seu Diretor, Prof. Dr. Fernando Manuel de Mendonça, pela colaboração nas despesas de impressão do trabalho;
- Ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, à Biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas e aos funcionários da Biblioteca do Inst. de Letras, História e Psicologia de Assis;
- À FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que concedeu-me bolsa de estudo durante o tempo em que frequentei o Curso de Pós-Graduação na UNICAMP, incluindo uma prorrogação especial de mais tres meses. Sem essa ajuda, a elaboração deste trabalho não teria sido possível;
- Aos colegas do Departamento de História de Assis, especialmente ao Ribeiro, Claudinei, Paulo Alves e Bernardo, com quem no período de redação do trabalho pude trocar algumas idéias;
- Aos professores do Departamento de História do IFCH-UNICAMP e aos colegas do Curso de Pós-Graduação, de forma especial, aos da primeira turma, com quem tive oportunidade de discutir principalmente os passos iniciais da pesquisa;

- À Iraide, que colaborou na revisão de partes do texto original, e principalmente pela nossa boa relação afetiva, o que me proporcionou um clima adequado de trabalho.
- Ao amigo João Falchi Trinca, que tão grandes serviços tem prestado ao desenvolvimento da Ciência Histórica, - por ter me colocado à disposição o seu arquivo histórico particular.
- Finalmente, agradeço ao Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa, orientador deste trabalho, por ter forjado - entre nós uma relação cordial e respeitosa, onde pude - amadurecer e veicular livremente minhas idéias.

I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira, esteve marcadamente presente nos anos críticos da década de sessenta. Os debates ganharam uma dimensão acalorada, principalmente de 61 até os dias que antecederam a "Revolução - de 64". Estabelecida a rearticulação da burguesia no - poder, com o golpe de 64, a discussão foi sufocada pe- lo menos até os idos de 68 quando ganhou ligeiro alen- to, para ser retomada com vigor a partir de 75 até nos - sos dias. Prova disso são a quantidade de projetos e - os inúmeros simpósios realizados em várias Universida- des e instituições de pesquisa, voltados para o apro - fundamento do tema. Cresce também o número de debates - entre políticos e cientistas promovidos pela imprensa - ou pela própria Universidade, preocupados com a ques - tão agrária no Brasil.

A questão é retomada sempre nos momentos crí- ticos do capitalismo, porque o desenvolvimento capita- lista não resolveu ainda questões básicas da agricultu- ra brasileira. A terra ainda continua sendo usada mui- to mais como trampolim de acesso ao poder político e - como uma forma de especulação imobiliária altamente - vantajosa (de 69 a 76 as terras do Amazonas valoriza- ram cerca de 1.000% ao ano) do que como meio de produ-

ção. A ganancia dos grandes grupos de capital monopolista procurando formar capital de giro através da especulação imobiliária da terra tem causado convulsões sociais principalmente decorrente da reação de milhões de famílias que vivem da terra e que estão sendo engolidas por esse processo. Multiplicam-se episódios como os do Estado do Acre, quando recentemente - cerca de três mil famílias ameaçaram invadir o Palácio do Governo, se não fôsse encontrada uma solução, - pelo menos provisória, para aproximadamente cinquenta mil pessoas expulsas da terra(1).

(1) - As referencias a conflitos atuais sobre a posse da terra poderiam se multiplicar abrangendo todos os Estados do país. Em Boca do Acre, Amazonas, ocorrem violências e prisões de posseiros; no Pará, somente no Município de Conceição do Araguaia ocorrem atualmente cerca de sessenta conflitos. Não menos grave é a situação em outros Municípios como Marabá, Água Branca, São Geraldo e Xambioá; na Paraíba, a expansão da indústria canavieira financiada tem ocasionado sérios problemas, principalmente em Alabamar; em Pernambuco, grupos como a Chesf e Condeasf, interessados na instalação de projetos econômicos na área, são responsáveis pela disseminação de inúmeros conflitos; no Rio Grande do Sul, na região de Nonoai milhares de colonos foram retirados pela Funai, mas apenas catorze famílias foram reassentadas no Mato Grosso.

Para a descrição e análise de alguns conflitos sobre a terra no Brasil, vide entre outros, os seguintes trabalhos:

PORTELA, Fernando - Guerra de Guerrilhas no Brasil.

São Paulo, Ed. Parma Ltda., 1979.

DÓRIA, Palmério e alli - A Guerrilha do Araguaia.

São Paulo, Alfa-Omega, 1979.(História Imediata, 1).

Diante desse quadro de explosão, vários setores da sociedade procuram assumir posições definidas. A Igreja por exemplo, reuniu recentemente seu episcopado em Itaici para discutir e posicionar-se diante dos problemas da terra no Brasil. Como resultado final da reunião, foi elaborado o documento Igreja e Problemas da Terra, aprovado pela maioria esmagadora de 172 votos contra 4. No documento é negada qualquer legitimidade à chamada terra de exploração, vinculada aos interesses do capital e da exploração do homem, ao mesmo tempo em que é valorizada e estimulada a multiplicação das denominadas terras de trabalho. - Ao legitimar a multiplicação das terras de trabalho, - o episcopado brasileiro está pensando fundamentalmente no desenvolvimento da agricultura brasileira através das pequenas unidades de produção tipo familiar. - Essa opção resolveria não só os problemas básicos de abastecimento, como também a opressão e exploração a que é submetido o homem brasileiro.

Penso que alguns pontos desse debate poderiam ser aclarados através da análise da experiência vivenciada pelo capitalismo no Brasil de fins do século XIX. Este período foi marcado pelo registro de uma experiência de implantação de pequenas unidades produtivas no interior da ordem capitalista de produção da economia cafeeira paulista. O empreendimento obteve êxito. Entretanto, embora o grupo que tenha proposto e executado o projeto alegasse estar pensando na felicidade e bem estar do campesinato, a contrapartida -

foi, pelo contrário, a preservação e até intensificação da exploração do trabalhador do campo. A análise dessa experiência da burguesia cafeeira paulista, será objeto de investigação deste trabalho.

As perspectivas que informam esses debates em torno da questão agrária brasileira, são várias. Todavia pode-se, resumidamente situar essas discussões, a partir de três tendências principais de análise.

A primeira delas representou o pensamento dominante da esquerda brasileira nos anos que antecederam a chamada "Revolução de 1964". Partindo de um esquema segundo o qual a humanidade em geral passaria necessariamente pelas etapas sucessivas do feudalismo, capitalismo e socialismo, presumiu-se que no Brasil o capitalismo foi precedido de uma etapa feudal, cujos resquícios estavam ainda presentes na época atual. Nesse sentido a bandeira da "Revolução Agrária" ou "Revolução anti-feudal" chamava a si a tarefa de eliminar os "restos feudais" ainda presentes para que fosse realizada a "Revolução democrático-burguesa".

Entre 1960 e 1964, Caio Prado Junior publica uma série de artigos na Revista Brasiliense(2) criticando veementemente as propostas de análise bem como as

(2) - Esses artigos foram reeditados em publicação recente. Vide: PRADO JUNIOR, Caio - A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188p.

consequências de ordem prática e política dessa interpretação teórica. Sua crítica centrava-se principalmente no apriorismo da formulação de um esquema teórico irreal - que deveria posteriormente encaixar-se na análise da realidade brasileira, quase sempre a partir de um desconhecimento total dessa realidade concreta. Valorizando a circunstância específica da origem colonial brasileira e da forma particular de inserção do Brasil nos quadros do capitalismo internacional, esse autor retoma minuciosamente a análise de instituições como parceria, barracão e cambão, para daí concluir que essas formas constituem em essência relações capitalistas de trabalho e não resquícios "feudais" ou "semi-feudais" (3).

Entretanto a correta exposição de idéias e o acerto das críticas que faz Caio Prado Júnior sobre a inexistência de relações feudais, não elimina a necessidade de se criticar a alternativa proposta por esse autor. A questão está longe de ser resolvida, quando formas de trabalho como parceria e colonato são simplesmente caracterizadas como relações de trabalho capitalistas. O surgimento dessas formas de trabalho já nos primórdios da transição do trabalho escravo para o livre, revestem-se de mecanismos complicados e variados no que respeita à sua subordinação ao capital. Tratavam-se sobretudo de formas de trabalho familiar e não individual, cuja prestação de serviços era caracterizada por vínculos monetários, não-monetário e gratuitos. A maior parte dos meios

(3) - PRADO JÚNIOR, Caio - A Revolução Brasileira. - 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

de vida necessários à reprodução da força de trabalho - era produzida diretamente pelo trabalhador, sem passar - portanto, pela mediação do mercado(4). O trabalho familiar e a produção direta dos meios de vida como uma forma de salário não-monetária impossibilita a caracterização dessas relações como relações de produção capitalista, já que aí as relações entre capital e trabalho terão que ser mediadas exclusivamente no plano do dinheiro(5).

Finalmente, não se pode deixar de acrescentar - que o domínio secular do capital no Brasil não dissolveu as formas não-capitalistas de trabalho ainda hoje. Maria Rita Garcia Loureiro(6) estudando as relações de trabalho em uma fazenda no centro-sul do Estado de Goiás no início dos anos setenta, procura mostrar a compatibilidade do assalariamento com uma relação de produção não-capitalista, a parceria, em uma empresa agrícola altamente mecanizada. José Vicente Tavares dos Santos(7) também-

(4) - Sobre as formas de trabalho na economia cafeeira vide principalmente os trabalhos de: HOLLOWAY, T.H. - Condições do mercado de trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915; Uma análise preliminar. In: Estudos Econômicos, 6(2):145-181, 1972; MARTINS, José de Souza - A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: O regime de colonato nas fazendas de café. In: O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p. 7-95.

(5) - MARX, Karl - O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p.617-635.

(6) - LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135p.

(7) - SANTOS, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978. 182p.

desenvolveu investigação dentro dessa perspectiva tendo como suporte empírico básico o atual núcleo colonial - camponês localizado na Região de Colonização Italiana - do Rio Grande do Sul. O autor evidencia em suas investigações as relações de subordinação que se estabelecem - entre a produção camponesa (forma de produção não-capitalista) e capital financeiro e industrial. José de Souza Martins(8) dentro dessa mesma perspectiva, apresenta contribuição da maior importância, revisando aspectos importantes da questão da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil.

Assim, paulatinamente, as Ciências Sociais no Brasil vão criando espaço no sentido de questionar uma vasta produção científica que traz em seu bojo uma marca forte de economicismo e evolucionismo(9). Pesquisas recentes questionam cada vez mais a idéia de linearidade como requisito para a marcha do capitalismo rumo à maturidade. A procura obstinada de um capitalismo puro choca-se com a evidência do crescimento das desigualdades e distorções como condição necessária para a re-produção e ampliação do sistema.

Este trabalho insere-se no quadro de preocupa

(8) - MARTINS, José de Souza - Op. Cit.

(9) - Sobre economicismo e evolucionismo, ver crítica destas posições em Vergopoulos, K. - Capitalismo Disforme(O caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, K. - A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 43-177. Ver ainda o artigo de MARTINS, José de Souza - Ciência e - Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roca. In: Encontros com a Civilização Brasileira, 12. Rio de Janeiro, 1979.

ções teóricas vinculadas a esta última tendência. A superação da crise econômica de fins do século XVIII e - inícios do século XIX, ocorre a partir da reintegração do Brasil no comércio internacional com o café passando a figurar como o principal produto da balança comercial(10). Já a partir de meados do século XIX a economia cafeeira paulista transforma-se no principal centro de acumulação capitalista do Brasil(11). Centrando os - interesses da pesquisa em torno da área física do chamado Oeste Paulista, no período aproximado que vai de - 1880 a 1910, trabalharei com a hipótese de que o acelerado processo de acumulação de capital verificado na - atividade econômica cafeeira, não foi condição suficiente para que igualmente houvesse no mesmo sentido uma - ativação generalizada de formas de trabalho assalariada. Ao contrário, a expansão da economia cafeeira em alguns momentos até obstaculizou o desenvolvimento de uma força de trabalho livre e desprovida de suas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Em seu lugar a burgue

(10) - FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963. p.132-139.

(11) - SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da - Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p.17. A constatação de que São Paulo nesse momento havia se - transformado no principal centro de acumulação capitalista do Brasil, foi apontada antes por outros autores. Entretanto preferi citar Sergio Silva, pelos desdobramentos que ela assume ao longo de seu trabalho. Essa constatação permitiu-me analisar as relações contraditórias entre café e indústria. Partindo do princípio de que a forma de acumulação tem como núcleo o capital cafeeiro, o autor situa a um só tempo o nascimento e os limites - da industrialização no Brasil.

sia cafeeira e seus representantes no Estado criam um - campesinato como uma das condições para viabilizar a maximização de seus lucros.

É conveniente acrescentar ainda que o campesiinato aqui referido, não é outro senão o caracterizado - ao longo do trabalho, e que esteve diretamente vincula-do aos interesses políticos e econômicos do fazendeiro-de café. Portanto o mesmo não se confunde com os de po-lítica de colonização baseadas na pequena propriedade - que antecederam ou até coexistiram no tempo, com o cam-ponês abordado neste trabalho.

Sabe-se que a experiência de colonização com-base em colonos proprietários é antiga, datando da segunda metade do século XVIII com a administração Pomba-lina, quando colonos açorianos foram implantados no Va-le do Amazonas e nas futuras Províncias de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina. Assim, objetivava-se povoar e ocupar os extremos da Colônia.

Com a chegada de D.João VI, o seu Ministro - Tomás Antônio de Vilanova Portugal, retoma essa políti-ca fundando e incentivando a formação de vários núcleos coloniais em diversos pontos do país. Essas tentativas-de colonização baseadas na pequena propriedade e no tra-balho livre de seu proprietário, tinham objetivos prin-cipalmente demográficos(povoamento), militares(defesa - das fronteiras) e econômicos(abastecimento das cidades-e do exército). Com avanços e recuos, fracassos e al

gum sucesso, essa política desenvolve-se até fins do século XIX(12).

Entretanto, o campesinato aqui estudado difere amplamente das experiências de colonização como as que foram iniciadas por Pombal, retomadas por D. João VI, com alguma solução de continuidade até fins do século XIX. Ele resultou de uma política planejada, articulada e implantada pela burguesia cafeeira paulista, para que pudesse adequar-se a seus interesses.

No primeiro capítulo, partindo de alguns princípios teóricos gerais relativos ao desenvolvimento do capitalismo europeu na sua fase manufatureira, procurei caracterizar o padrão de acumulação da economia cafeeira paulista, no período delimitado por este trabalho. Esta caracterização, aliada à discussão de algumas questões bastante específicas relativas à pene

(12) - COSTA, Emilia Viotti da - Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977. p.149-177.

- Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 124 - 153.

MARTINS, José de Souza - A Inigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973. p. 47-79.

OBERACKER JR., Carlos - "A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola." In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1977. tomo II, vol.3º, p.220-244.

tração do capital na agricultura cafeeira, permitiram-me levantar a hipótese fundamental do trabalho. Ou seja, o capital cafeeiro, comandado pelas funções comerciais e movido por exigências peculiares à sua reprodução, promoveu a criação de um campesinato para atender às suas necessidades de acumulação. Esta hipótese foi examinada nos capítulos subsequentes à luz de um suporte documental mais consistente.

O segundo capítulo circunscreveu-se à preocupação de verificar o espaço gradativo que a proposição da criação da pequena propriedade vai conquistando no cenário das discussões políticas e econômicas da época. Acompanhou-se ainda a edificação das bases concretas - necessárias ao surgimento do pequeno proprietário. Ainda neste capítulo procurei caracterizar em detalhes o perfil econômico deste pequeno proprietário. Com isso - reuní elementos para situar a especificidade de seu processo de trabalho como sendo personificado por uma relação social não-capitalista de produção.

Finalmente, no terceiro capítulo, procurei - indagar sobre o significado e o papel que cumpre o pequeno proprietário, personificando uma relação social - não-capitalista, com produção basicamente voltada para o mercado externo

CAPÍTULO I

A REPRODUÇÃO DE CAPITAL NA ECONOMIA CAFFEIRA PAULISTA

A REPRODUÇÃO DE CAPITAL NA ECONOMIA CAFEEIRA
PAULISTA.

Já a partir das primeiras aproximações em -
torno do problema aqui discutido, ainda na etapa de -
leitura da bibliografia básica e reflexões iniciais so-
bre a documentação levantada, começava a colocar-se a
questão da peculiaridade da acumulação de capital na -
economia cafeeira paulista. Ficava cada vez mais cla-
ro que para se chegar à essência da peculiaridade da -
acumulação de capital, na área física e período deter-
minados, faziam-se necessários não só a caracterização
da etapa de desenvolvimento do capitalismo em que se
encontrava o Brasil nessa época, como também dimensio-
nar a relevância da inserção brasileira no contexto do
desenvolvimento do capitalismo europeu.

Esse capítulo atém basicamente a essas consi-
derações, para que a partir delas seja levantada a hi-
pótese fundamental desse trabalho, que norteará as re-
flexões dos capítulos subsequentes.

1. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO EUROPEU-
NA FASE MANUFATUREIRA: PRINCÍPIOS TEÓRICOS GERAIS.

O período que abrange aproximadamente os séculos XVI e XVIII, corresponde na Europa à desagregação do sistema feudal e surgimento da etapa inicial do capitalismo. Faz-se necessário primeiramente que se estabeleça o perfil geral do desenvolvimento do capitalismo europeu nessa etapa inicial de sua constituição.

A característica marcante nesse período é a predominância do capital comercial, separado do capital produtivo, auferindo lucros na esfera da circulação, impondo preços ao produtor e ao consumidor, isto é, comprando barato e vendendo mais caro.

A existência do capital comercial é o pressuposto histórico necessário para a passagem do capitalismo à sua etapa posterior, quando ao nível da produção constituem-se forças produtivas especificamente capitalistas e o comércio passa a subordinar-se ao capital produtivo. A existência do capital comercial faz-se necessária para a constituição do novo modo de produção, principalmente porque exerce um papel ativo no sentido de estimular e transformar a organização da produção. A existência nesse período de transição de uma massa de unidades econômicas homogêneas, represen-

tada principalmente por uma rede de artesanato urbana e pelo pequeno proprietário independente, antes vinculado ao senhor feudal por laços de servidão sofre agora o impacto da ação do capital mercantil. Essa ação - consubstancia-se fundamentalmente em romper com essa - economia fechada que se constitui em barreira para ampliação das trocas, estabelecendo assim unidades econômicas heterogêneas. A dinamização do mercado não envolve apenas uma dimensão local, mas o capital comercial-implanta e desenvolve as bases do mercado mundial, cuja expressão mais significativa está na constituição - do Antigo Sistema Colonial.

O desenvolvimento do capital comercial, aliado às condições de crise do sistema feudal que havia - criado o pequeno proprietário independente, colocam-se também como condições para o surgimento do trabalho assalariado. Esse lado da contradição, necessária ao surgimento do capitalismo, aflora em decorrência da expropriação do pequeno proprietário independente efetivada pelo capital comercial. Essa categoria de homens, encarregada de transformar o capital-dinheiro em capital-mercadoria, atua ainda no sentido de dinamizar as chamdas corporações artesanais, obrigando-as a emprega-rem trabalho assalariado, e adequarem-se às bases requeridas pelo modo de produção capitalista.

A desapropriação do pequeno proprietário independente e a dinamização das corporações artesanais,

ao mesmo tempo em que promovem o surgimento do trabalho assalariado, ampliam progressivamente as possibilidades de concentração do capital. Todavia, a concentração do capital, o outro lado da contradição necessária ao surgimento do capitalismo, não decorre apenas da ação interna do capital comercial sobre o pequeno proprietário independente e sobre as corporações artesanais. A concentração do capital resulta fundamentalmente também do desenvolvimento do mercado internacional de que faz parte a exploração do mundo colonial. É através da formação do Antigo Sistema Colonial, constituído e agilizado também sob o comando do capital comercial, que a concentração de capital ganha dimensões capaz de permitir a instalação da fase manufatureira de produção.

Embora a fase manufatureira signifique um avanço em relação à organização da produção nos moldes anteriores, durante a sua vigência muitos limites são colocados à dominação plena do capital sobre a esfera produtiva. Na fase manufatureira verifica-se a introdução do trabalho em cooperação e da divisão técnica do trabalho. A inserção do trabalho cooperado e da direção técnica e despótica do capitalista, bem como o parcelamento das atividades com a divisão do trabalho, incrementam a produção de valores de troca, bem como a extração do trabalho excedente.

Todavia, a fase manufatureira é ainda um período em que o padrão de acumulação da economia está -

sendo comandado pelo capital comercial. É necessário salientar portanto que, apesar do capital comercial - cumprir um papel progressivo no sentido de estimular a mercantilização da economia, os seus interesses estão fundamentalmente restritos aos privilégios auferidos - com lucros decorrentes do fato de comprar barato e - vender mais caro. Nesse sentido a dominação do capital mercantil passa, a partir de um determinado momento, - a bloquear o desenvolvimento das forças produtivas. É a partir dessa constatação que se pode entender a fase manufatureira, constituída sob a égide do capitalismo mercantil, como sendo uma etapa do capitalismo europeu, que embora promovendo uma revolução no emprego - da força de trabalho, não consegue ainda revolucionar as bases técnicas da produção.

Assim sendo, nessa etapa inicial do capitalismo europeu caracterizado pela instalação da fase - manufatureira, apesar do trabalhador ser assimilado - pelo processo de trabalho, este tem antes que adaptar-se ao trabalhador; a divisão técnica do trabalho existe no interior da organização produtiva regulada pelos dotes do trabalhador, sendo portanto características como habilidade e destreza do trabalhador que imprimirão o ritmo ao processo de trabalho e determinarão o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria. O trabalho sofre reduzida desqualificação; o trabalhador é ainda especializado. Isso confere à classe trabalhadora um grande poder de -

resistencia frente ao capital, o que torna necessário-as intervenções frequentes do Estado neste momento. O Estado intervem por exemplo, recorrendo a uma legislação sanguinária para regular o mercado de trabalho manufatureiro, garantindo a disciplina de trabalho, regulando os salários e a jornada de trabalho. A intervenção do Estado é expressão da incapacidade da produção-manufatureira desenvolver um processo de acumulação independente e auto-sustentado, o que só ocorrerá na segunda fase do capitalismo, quando haverá uma verdadeira revolução nas bases técnicas e o capitalismo comercial passa a assumir uma posição subordinada frente ao capital produtivo.

Concluindo e resumindo o que foi dito anteriormente, é necessário fixar os seguintes pontos: a - fase manufatureira é a etapa do capitalismo europeu onde a produção encontra-se subordinada ao capital mercantil. O capital mercantil exerce a princípio um papel progressista no sentido de generalização da circulação, concentração de capital e criação do trabalhador assalariado. Entretanto, a partir de determinado momento, acomodando-se aos privilégios auferidos na circulação, o capital mercantil atua como elemento obstaculizador do desenvolvimento das forças produtivas. Isso explica a estreita base técnica em que se baseia a instalação do parque manufatureiro, bem como as dificuldades interpostas ao domínio pleno do capital sobre a produção.

Finalmente é necessário acrescentar uma cons

tatação que será importante para as reflexões posteriores contidas nesse capítulo. Dado o seu estreito fundamento técnico, a manufatura é incapaz de gerar mercados de meios de produção. Ou seja, a relativa escassez da demanda por meios de produção não estimula o surgimento de um contingente manufatureiro produtor de meios de produção. Estes eram em grande parte produzidos de forma artesanal. Assim, a manufatura não abarca o conjunto da produção social como um todo e não consegue destruir totalmente pela concorrência as formas anteriores de produção ligadas ao artesanato. Portanto, o capitalismo europeu na fase manufatureira, comandado pelo capital mercantil, preserva e até recria formas de produção não-capitalistas, sob pena de não poder se reproduzir permanentemente(13).

(13) - Esta síntese foi baseada na seguinte bibliografia:

HOBSBAWM, Éric J. - Las Revoluciones Burguesas. 4ª ed. Madrid, Guadarrama, 1976. p. 57-102.

MANTOUX, Paul - La Revolution Industriale en el siglo - XVIII. Madrid, Aguilar, 1962. p.25-70 e 119-170.

MARX, Karl - O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d. Livro 1, vol.I, parte quarta, cap. XI, XII e XIII.

_____ - Livro 1, vol.II, parte sétima, cap. XXIV

_____ - Livro 3, vol. V, cap. XVI e XX.

NOVAIS, Fernando A. - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo, Hucitec, 1979. - cap. II.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. - Considerações sobre a formação do capitalismo. Campinas, 1977 (Tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP).

2. O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO NA ECONOMIA CAFEEIRA PAULISTA.

Os princípios teóricos gerais fixados anteriormente a respeito do desenvolvimento do capitalismo europeu, constituem-se em ponto de partida para a análise da especificidade do padrão de acumulação da economia cafeeira paulista, no interior dos marcos cronológicos aqui estabelecidos.

A questão inicial a ser observada é a de que o Brasil nasce no bojo da economia mercantil capitalista europeia. Portanto a sua economia é organizada sob o signo do capital mercantil metropolitano. Assim a produção colonial brasileira orientava-se para a produção de gêneros tropicais que complementavam a economia europeia, cuja comercialização propiciava lucros altamente compensadores, revertidos em estímulos à acumulação primitiva de capital na europa. Dessa forma, o caráter explorativo do capital mercantil, apoiado em uma extensa legislação ultramarina restritiva, não permite que a economia colonial desenvolva-se senão de forma limitada, dificultando avanços significativos no caráter técnico da produção.

Com a crise do Sistema Colonial, decorre a -

queda do "exclusivo metropolitano" e a formação do Estado Nacional brasileiro. O capital produtivo nacional liberta-se portanto de sua dependência em relação ao capital comercial metropolitano português. Todavia, a libertação em relação ao capital comercial metropolitano, - expressou apenas que uma porção mais significativa da - apropriação do excedente fosse internalizada, apesar da economia brasileira passar a subordinar-se diretamente, em novas bases, ao capitalismo inglês. Entretanto, internamente a ruptura do "pacto colonial" e a formação - do Estado Nacional não significou nenhuma transformação no tocante à subordinação da produção de mercadoria em relação à circulação. Ou seja, economia brasileira preservou sua feição básica, com a diferença de que a - produção passa a subordinar-se agora ao capital mercantil nacional, constituído ao longo do desenvolvimento - da colonização portuguesa, ganhando alento com a queda do monopólio. A economia cafeeira surge portanto num - contexto em que no Brasil a esfera produtiva encontrava-se separada da circulação, sendo subordinada a essa última(14).

A definição da significância econômica do ca-

(14) - MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo - Tardio; contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, 1975. (Tese Dout. Inst. Fil. C. Humanas, UNICAMP). p. 46-53.

fé no Brasil já em fins do século XVIII e inícios do - XIX, não só decorre de estímulos proporcionados pelo - comércio internacional, mas também de fatores internos relativos ao aproveitamento de recursos pré-existentes e sub-utilizados das regiões onde primeiro se aclima - tou(15). Seu ponto de partida será portanto a região - do Vale do Paraíba paulista e carioca, próximo ao por - to da cidade do Rio de Janeiro. Aquela região, já be - neficiada pela dinamização econômica decorrente da - transferência da Corte Portuguesa, havia canalizado re - curso da região decadente das Minas. Com a desagrega - ção da economia mineira, havia para ali se transferido, um contingente apreciável de mão-de-obra escrava. Além disso a proximidade do porto de embarque minimizou o - custo de transporte, efetuado através das tropas de mu - las, largamente utilizadas até o surgimento das primei - ras ferrovias.

Esgotadas as possibilidades de expansão do - café nessa região, sua marcha dirige-se à zona mineira e ao Espírito Santo. A outra parte marcharia em dire - ção ao Oeste Paulista, principalmente partindo de Cam - pinas(16). Acompanhando as ocorrências de terra roxa,

(15) - FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil. 10ª ed. São Paulo, Nacional, 1970. cap.XX, p.110-116.

(16) - Amaral Lapa arrola uma série de hipóteses onde são confrontadas e ressaltadas as peculiaridades de - cada uma das regiões cafeeiras(Vale do Paraíba e Oeste Paulista). Essas hipóteses, tacitamente aceitas por vá - rios autores, constituem-se em ponto de partida para - estudos mais aprofundados de cada uma das regiões. Cf. LAPA, José Roberto do Amaral - História de Campinas: - Tarefa para os próximos dez anos. Separata da Revista - de História, nº 107,1976. São Paulo, p.224-225.

essa expansão caminhará rapidamente, atingindo por volta de 1.880, a região do Rio Mogiguaçu na sua confluência com o Pardo, cujo centro é a cidade de Ribeirão Preto. O café não encontrará aí as limitações naturais com que se defrontou na região do Vale do Paraíba, principalmente no tocante às condições climáticas, espaço territorial para expansão, fertilidade e topografia.

Esse deslocamento é acompanhado por modificações que estimulam o desenvolvimento da acumulação de capital na economia cafeeira. O surgimento das ferrovias por exemplo(17) tem sua atuação desbravadora na fronteira agrícola, viabilizando a acumulação pela apropriação de terra. Reduziu os custos de produção, diminuindo os gastos com transporte. Os custos de transporte, que antes das ferrovias situavam-se em torno de 50% dos preços de exportação do café, reduzem-se para cerca de 20%. A melhoria do sistema de transporte com o surgimento das ferrovias, ainda eleva a produtividade física do café. Antes, por deficiência nos

(17) - A Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, servindo a região do Vale do Paraíba, foi a primeira com dimensão capaz de atender às necessidades de transporte dos cafeicultores daquela região e começou a ser construída depois de 1.855. A esta iam sucedendo-se as demais, acompanhando ou até antecipando o avanço do café para outras regiões. Para um estudo do desenvolvimento das ferrovias no Brasil, vide: MATOS, Odilon Nogueira do - Café e Ferrovias: A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

meios de transporte, parte da produção perecia nas fazendas ou era destruída, arruinada ou estraviada no percurso.

A marcha do café em direção ao Oeste Paulista, é ainda acompanhada de inovações nas técnicas de produção. Há uma intensificação no uso do arado; a topografia da região contribuiu para uma disseminação maior no uso da máquina carpideira, tornando possível a um homem e um animal substituir seis escravos. Finalmente, conforme será visto com mais detalhes no capítulo terceiro, a partir de 1.870 haverá a mecanização de uma parte da produção: as operações de beneficiamento. A instalação desse conjunto de equipamentos composto de despulpadores, descascadores, ventiladores, brunidores, separadores, classificadores etc., permite a melhoria na qualidade do produto, além de reduzir os custos de produção em cerca de 10%(18).

Todavia, apesar de apreciável, o desenvolvimento técnico era limitado principalmente às operações de beneficiamento. Efetivamente, seria difícil pensar em uma verdadeira revolução nas bases técnicas da economia-cafeeira. Em primeiro lugar, o Brasil ocupava nesse momento, em relação à divisão internacional do trabalho, -

(18) - CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio-São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1977. Cap.I, p. 17-120.

PRADO JUNIOR, Caio - História Econômica do Brasil 20ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. p.157-167.

a posição de país exportador de produtos agrícolas. Essa contingência por si só constitui-se em fator explicativo do fraco desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Em segundo lugar, o desenvolvimento lento das forças produtivas, deve ser atribuído em parte ainda à especificidade do padrão de acumulação da economia cafeeira nesse momento. Era nítida, a nível do capital-cafeeiro, a dominação de suas funções comerciais. Várias fazendas de café foram organizadas pelo capital mercantil nacional, representado principalmente pela figura do comissário(19). Este, eximindo-se da administração do processo de trabalho, praticamente geria os investimentos efetuados na fazenda. Apesar de canalizar a produção às possibilidades do mercado externo, contribuía em parte por impedir as potencialidades de capitalização do setor produtivo, conforme constata Maria Sylvia: " Correlatamente à sua dependência para com o comissário, houve a quase impossibilidade de desenvolver-se a capitalização no setor agrícola. Terminado o ciclo da produção, o lucro auferido escapava do sujeito diretamente empenhado nesse processo e runava para aquele que o dominava à distância. Isto traz à luz o caráter auto-danificador da ação do comissário: entrava a acumulação de um capital agrícola, ipso-facto

(19) - STEIN, Stanley J. - Grandeza e Decadência do Café, com referência especial ao Município de Vassouras. São Paulo, Brasiliense, 1961. cap. IV, p.97 a 137.

comprometia-se a vitalidade do processo de produção nesse setor, sendo esta condição que, em última instância, poderia garantir a propriedade daquele negociante."(20).

Posteriormente, principalmente a partir da abolição, as Casas Comissárias vão perdendo terreno, - sendo substituídas progressivamente pelas Casas Exportadoras. Estas, igualmente continuam exercendo efeitos restritivos à retenção e reinversão do capital na unidade produtiva cafeeira, conforme pronunciamento de um representante de fazendeiros de café feito em 1897: - "Não é possível imaginar-se uma situação mais afflictiva que aquella em que nos achamos. Temos sido forçados a entregar as nossas mercadorias aos preços que nos - são impostos por estas casas, que se tornaram importantes com os grandes lucros que lhes tem dado o systema de negócios com o nosso café."(21).

Em síntese, do exposto, conclui-se que o processo de acumulação da economia cafeeira paulista era comandado pelo capital mercantil, representado principalmente pelas figuras do Comissário e do Exportador.- O padrão de acumulação da economia cafeeira, sendo do-

(20) - FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1976. p. 168-169.

(21) - CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. O Brasil. Suas Riquezas Naturaes. Suas Indústrias. vol.II. Indústria Agrícola. Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia., 1.908, - p. 86.

minado pelas funções comerciais, contribuía para impedir um substancial nível de capitalização no setor da produção, o que limitava as possibilidades de desenvolvimento técnico.

A partir desta constatação é possível desenvolver algumas idéias a respeito da organização da força de trabalho na economia cafeeira. Primeiramente, sendo o desenvolvimento técnico da produção cafeeira relativamente limitado, verifica-se a impossibilidade da constituição permanente de uma superpopulação relativa de força de trabalho capaz de atender adequadamente as necessidades dessa produção. Ou seja, a liberação cada vez maior de mão-de-obra para formação de um excedente de mão-de-obra, depende fundamentalmente de uma revolução técnica no processo produtivo, o que não ocorria na produção cafeeira. Assim, o processo produtivo não se auto-determinava no sentido dele próprio regular e controlar seu mercado de trabalho. Foi imprescindível a intervenção do Estado para a organização da mão-de-obra necessária ao funcionamento da economia cafeeira. Para que a imigração estrangeira tornasse um empreendimento bem sucedido, foi necessária a intervenção e subvenção do Estado.

A produção cafeeira, não conseguindo constituir uma superpopulação relativa de força de trabalho derivada do próprio processo produtivo, é ao mesmo tempo incapaz de regular os salários, uma vez que os mesmos são regulados pelas expansões e contrações da oferta de mão-de-obra. Disso resultou o desenvolvimento -

de uma política de imigração subvencionada pelo Estado que objetivava constituir artificialmente um excedente de mão-de-obra. Uma das formas de conseguir-se o rebaixamento de salário dos colonos, foi através da promoção da vinda de imigrantes em número sempre superior às necessidades da produção cafeeira(22).

Uma outra questão ligada à constituição da mão-de-obra na economia cafeeira paulista, e que ainda hoje não está suficientemente esclarecida, diz respeito ao aproveitamento do trabalhador livre nacional. Enbora esteja comprovado o peso demográfico do elemento-livre nacional, não foi possível um aproveitamento sistemático dessa força de trabalho, pelo menos diretamente no processo produtivo das lavouras de café(23). Essa mão-de-obra continuou embrenhada no interior das regiões ainda não atingidas pelas frentes de expansão, - geralmente constituída por posseiros, praticando uma - agricultura predatória de subsistência.

Em relação à fase manufatureira de produção - na europa, sobretudo a inglesa, constatou-se anterior-

(22) - HALL, Michael M. - The Origins of mas Inigra -
tion in Brazil(1871-1914). University Microfilm, -
1972. p.106.

(23) - EISENBERG, Peter L. - O Homem Esquecido: O Tra-
balhador Livre Nacional no Século XIX: sugestões para-
uma pesquisa. Campinas, 1978(mimeog). 26p.

mente que a sua estreita base técnica, em virtude da subordinação do capital ao comércio, obrigou-a a preservar formas de produção não-capitalistas. Parte da rede de artesanato inglesa não foi destruída pela concorrência em virtude da manufatura necessitar de meios de produção ainda fabricados de forma artesanal.

Porém, se em relação à preservação de formas não-capitalistas de produção durante o período manufatureiro inglês a explicação circunscreve-se ao estreito fundamento técnico da manufatura, em relação à produção cafeeira convém raciocinar de outra forma. Embora a mecanização da economia cafeeira tivesse circunscrito basicamente às operações de beneficiamento, não parece ter sido a ausência de uma verdadeira revolução nas bases técnicas o que determinou o não-aproveitamento do trabalhador livre nacional.

Porque então a economia cafeeira, uma forma superior de produção não exterminou essa agricultura predatória de subsistência, canalizando o aproveitamento da mão-de-obra livre nacional para as fazendas de café?

Alguns fazendeiros lembraram a necessidade do aproveitamento dessa mão-de-obra. Tinham consciência da incapacidade da própria produção canalizar o aproveitamento dessa força de trabalho em potencial para o interior da fazenda. Por isso os representantes do capital produtivo cafeeiro ao reivindicarem o aproveitamento do trabalhador livre nacional sugeriam sempre a adoção de formas extra-econômicas, reclamando a inter-

venção da Igreja, da Educação ou de uma legislação violenta a ser elaborada e aplicada pelo Estado. As Igrejas teriam que ser criadas em todas as sedes de Freguesia, sob a direção de párocos melhor remunerados, fazendo funcionar escolas de domingo, que através do "engodo das festividades religiosas", atraísse e reunísse a população livre e dispersa pelo campo. A Igreja era ainda delegada a tarefa de promover ativamente a catequese dos índios, "afim não só de cumprirmos para com êsses infelizes os deveres de Christãos e de concidadãos, como de adquirirmos para a lavoura milhares de operários úteis que por sua robustez e pelo conhecimento que tem da nossa natureza, sabem tirar partido de nossos elementos, e cada um dos quaes, segundo testemunho de pessoas competêntes... equivale a muitos braços europeus." A Educação era reservado o mesmo papel. Dava-se ênfase à criação de escolas em vários pontos da província para que as mesmas cuidassem da alfabetização não só de crianças mas também de adultos. Após demoradas considerações a respeito da importância da educação para a população-nativa, o fazendeiro que desenvolveu esse tema em um Congresso Agrícola acrescenta: "Temeramos havermos em demasiado alongado sobre o ensino primário, si êste não concorresse para supprir braços á lavoura e deste modo-satisfazer uma de suas mais urgentes necessidades."(24).

(24) - CONGRESSO AGRÍCOLA. Collecção de Documentos. - Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. p. 56 e 57.

De cafeicultores de várias localidades, surgiam reivindicações de uma intervenção vigorosa do Estado no sentido de poder aproveitar-se a mão-de-obra livre nacional. Falavam principalmente na criação de leis que reprimissem a ociosidade, de leis corretivas que punissem ociosos, vagabundos e menores abandonados, estabelecendo penas severas criando colônias com regime disciplinar e tornando o trabalho obrigatório(25).

Entretanto essas sugestões encaminhadas por fazendeiros durante o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1.878, não foram praticadas pelo Estado. Numa primeira aproximação, parece ficar a impressão de que os interesses do Estado não coincidiam com os dos fazendeiros, pois nunca houve uma oposição efetiva à essa economia de subsistência que localizava-se à distanciadas frentes de expansão. Todavia essas reivindicações de alguns fazendeiros foram feitas na década de setenta do século passado. Ainda estavam relativamente recentes as experiências imigrantistas baseadas em fundação de núcleos coloniais com a finalidade de povoar e garantir a posse do território brasileiro, política esta que não se configurava em um fator de produção economicamente aceitável para a grande lavoura. Era recente ainda a posterior experiência de política imigrantista baseada-

(25) - CONGRESSO AGRÍCOLA. Colleção de Documentos. - Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. p. 58, 62 e 67.

em contratos de parceria que não raro redundou em completo fracasso(26). Daí então, essas reivindicações no sentido de aproveitar o trabalhador livre nacional nas fazendas de café.

Porém com o sistema de imigração subsidiada - para São Paulo, iniciado nos anos oitenta, organiza-se a exploração da mão-de-obra imigrante com base no colonato. São portanto superados os problemas anteriores - dos núcleos coloniais de povoamento e da parceria, apesar dos conflitos nas relações entre fazendeiros e colonos nunca terem sido inteiramente debelados.

A partir dessas considerações deduz-se que o problema do trabalhador livre nacional passou a ser pensado de outra forma. Resolvido em parte o problema da mão-de-obra imigrante, pode-se pensar que ao Estado e aos fazendeiros de café parecia mais coerente antes preservar do que destruir essa economia de subsistência baseada na posse como forma de apropriação da terra.

Sabe-se que as frentes pioneiras estão em constante marcha. Essa nobilidade supunha despesas com-

(26) - Cf.:

MARTINS, José de Souza - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973. p. 47 a 79

COSTA, Emilia Viotti da - Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977. p.149-177.

- Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difel, 1966. p. 124-153.

DEAN, Warren - Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, - 1977. p. 95-96.

ocupação de terras inóspitas, confronto com populações nativas, abertura de caminhos, desmatamentos etc., o que envolveria despesas a serem arcadas pela administração e pelos fazendeiros de café. Ora, o trabalhador livre nacional desempenhava grande parte dessa função - ao abrir picadas, formar roçados, limpar terreno devassando matas, diminuindo sensivelmente os custos de desbravamento das frentes pioneiras, cobertos pela administração e pelos fazendeiros de café. Quando as fazendas de café atingiam sua posse, ele era sistematicamente expulso das mais variadas formas, sendo compelido a desbravar locais mais distantes, para onde o café chegaria posteriormente(27). Nesse sentido, pode-se afirmar que o trabalhador livre nacional esteve a serviço do capital produtivo cafeeiro, embora não tivesse sido sistematicamente aproveitado diretamente no processo de trabalho - das unidades de produção de café. Daí então, a preservação de uma forma de produção não especificamente capitalista(economia de subsistência) no interior da economia capitalista de exportação cafeeira.

É necessário enfatizar então, para reter a especificidade do objeto dessa pesquisa, os seguintes pontos: O capital agrário cafeeiro estava subordinado ao -

(27) - Muito contribuíram para essas reflexões, os dados apresentados por Maria Tereza S. Petrone, sobre formas de apropriação da Terra no Brasil do século XIX, em conferência proferida em 19/5/1.980, durante a realização da Semana de Estudos de História Agrária em Assis, ILMPA, UNESP.

capital comercial, consubstanciados nas figuras do Comissário e do Exportador. Isso deve ser somado como um dos elementos explicativos da estreita base técnica da economia cafeeira. A mecanização restringiu-se basicamente às operações de beneficiamento. Entretanto, a estreita base técnica não explica, como no caso da manufatura inglesa, a preservação de formas não capitalistas de produção pela economia cafeeira. Isso só se torna claro a partir do desvendamento da singularidade com que a ação do trabalhador livre nacional, desenvolvendo uma economia de subsistência, é utilizada pelo capital-agrário cafeeiro.

Mas o sistema produtivo cafeeiro, não se atém apenas em preservar formas de produção baseadas em economias de subsistência nos locais afastados das frentes pioneiras. A singularidade desse mesmo processo produtivo, obriga-o a criar formas de produção não capitalistas para que sua reprodução seja garantida. A criação da pequena propriedade, sobrevivendo ao lado da produção cafeeira de exportação, foi articulada pela própria burguesia cafeeira paulista e pelo Estado.

Mencionarei aqui apenas uma das razões que conduziu a economia cafeeira paulista à criação do campesinato estudado neste trabalho. Esta e as demais razões serão aprofundadas nos capítulos subsequentes.

Neste mesmo capítulo, foi já anteriormente ponderado que a subordinação do capital agrário cafeeiro ao capital comercial, deve ser considerado como um dos elementos explicativos da estreita base técnica da

economia cafeeira. Entretanto é preciso advertir que - apenas essa circunstância não dá conta da elucidação do problema em toda a sua extensão. Existem particularidades do próprio funcionamento da produção na agricultura cafeeira que devem ser levados em conta. Por exemplo, - a grande quantidade de mão-de-obra usada na colheita, - obstaculizava o desenvolvimento da mecanização em outras fases da produção, pois pelo sistema de colonato o trabalhador era vinculado permanentemente à fazenda.- Se as outras fases da produção fossem mecanizadas, teria que se remunerar mão-de-obra ociosa durante determinadas épocas do ano agrícola(28). Assim o assalariamento do trabalhador camponês nas fazendas de café no momento da colheita, permitia reduzir o contingente de colonos com contratos de trabalho permanente, possibilitando desta forma um avanço da mecanização em vários setores da produção. Veja-se então que as possibilidades do avanço da mecanização estavam de certa forma condicionados à criação de uma forma não-capitalista de produção, nesse caso o camponês, prestando trabalho acessório no período da colheita.

É importante então, atentar para o fato de - que a preservação e a criação de formas não capitalistas de produção, na economia cafeeira, não se explicam somente pelo fato de à economia brasileira nesse momento estar reservado um papel de subordinação em relação-

(28) - Estas idéias estão mais desenvolvidas e melhor fundamentadas nas páginas 123 a 130 deste trabalho.

ao capitalismo europeu. Tampouco a questão é resolvida quando procura-se centrar a explicação no fato do capital agrário cafeeiro estar subordinado ao capital comercial. Estas explicações terão que se aliar ainda às peculiaridades da penetração do capitalismo na agricultura, conforme tentei demonstrar.

Enfim, embora tratando-se de realidades específicas, é válido pensar a questão da preservação de formas não-capitalistas de produção, observando simultaneamente a manifestação desse fenômeno na Inglaterra e no Brasil. Com isso, a singularidade de cada um dos processos históricos fica ressaltada, evitando-se transposições simplificadas de uma para outra realidade. Na fase manufatureira de desenvolvimento do capitalismo europeu, foram preservados principalmente determinados ramos das corporações artesanais responsáveis pela produção de meios de produção utilizados na manufatura, enquanto assistia-se ao desaparecimento sistematizado do pequeno proprietário independente. A estreita base técnica da manufatura decorrente da subordinação do capital ao comércio, impossibilitava a geração de um mercado capaz de comportar um parque manufatureiro de meios de produção.

A economia cafeeira paulista não coexistia com corporações artesanais nos moldes das existentes na Europa. Entretanto foram preservadas as economias de subsistência baseadas na posse como forma de apropriação da terra, que sobreviviam à distância das frentes pio-

neiras. E o pequeno proprietário, que na fase inicial - do capitalismo inglês desaparecia sistematicamente, era aqui recriado para atender às necessidades da acumula - ção de capital. Porém a preservação e criação dessas - formas não capitalistas de produção explicam-se menos - pela estreita base técnica da economia cafeeira, do que pelas peculiaridades das relações de produção em uma - economia agrária.

CAPÍTULO II

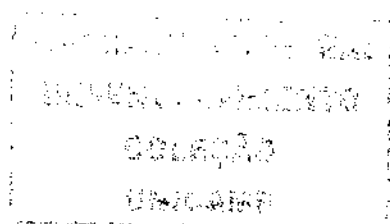
A PEQUENA PROPRIEDADE NA ORDEM EXPORTADORA

1. A PEQUENA PROPRIEDADE: UMA DISCUSSÃO DA
BURGUESIA.

Trato aqui, de esclarecer como o pequeno proprietário passa a compor o quadro da economia cafeeira-de exportação no Oeste Paulista.

As evidências históricas indicam que essa categoria começa a integrar em escala significativa a referida área econômica, já a partir de fins do século - XIX, conforme tentarei demonstrar mais adiante.

Todavia, convém lembrar antes uma importante-intervenção do Estado efetivada em 1.850 que objetivava dentre outras coisas reorganizar a mão-de-obra com o colapso iminente do escravismo. Só assim, é possível - acompanhar as transformações, no que respeita ao aproveitamento da mão-de-obra, que ocorrerão a partir daí.- Trata-se da promulgação da Lei nº 601 de 1.850, a chamada Lei de Terras, visivelmente preocupada com a adequação da estrutura fundiária à mão-de-obra livre, que a partir de então firmava-se cada vez mais como suporte - fundamental da economia cafeeira. Num momento em que - para a preservação e continuidade do capitalismo no Brasil o trabalho escravo estava fadado a desaparecer, a terra deveria deixar de ser livre. O trabalho livre que doravante passaria a ter um papel cada vez mais relevan



te na sociedade, só se efetivaria com êxito se a terra passasse a ser propriedade exclusiva de uma categoria de homens encarregados de comprar força de trabalho no mercado. Era portanto crucial que o trabalhador que - aqui viesse não encontrasse a facilidade de tornar-se um pequeno proprietário e mergulhasse numa economia de subsistência. E sem dúvida a tarefa de impedir o acesso à terra ao imigrante foi cumprida com distinção não só mediante o acionamento de um instrumento jurídico - pelo Estado (Lei de Terras), mas também em decorrência da ocupação exacerbada de terras com o plantio do café, mediante a qual a valorização das terras não ofereceu ao trabalhador livre outra perspectiva senão a de colocar à venda sua força de trabalho.

Entretanto, algum tempo após a promulgação - da Lei de Terras, pode-se surpreender pronunciamentos de fazendeiros, estadistas e cronistas, cujo conteúdo denuncia desde o princípio o esboço de uma guinada em relação aos propósitos iniciais da lei. Ou seja, de uma política obstinada dificultando o acesso do imigrante à terra, começa-se a pensar na sua transformação em pequeno proprietário. É possível até vislumbrar momentos distintos e acompanhar o espaço gradativo que essa proposição vai conquistando.

Já em 1.862, em relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa, observa-se uma aproximação ainda que ténida em torno da - questão. Após ressaltar a natureza transitória do sistema de parceria vigente na Província, o Presidente -

anuncia a extinção de algumas colonias, e as noticias negativas circulantes na Europa contribuindo para adiar - cada vez mais a corrente de imigração. Não deixa de emitir sua opinião pessoal a respeito da questão frisando - que o colono pode deixar sua pátria, mas nunca estará - vinculado a interesses sólidos se utilizado na condição de jornaleiro. Finaliza colocando a questão ainda de - uma forma pouco incisiva: "Interesso-me sinceramente pelo augmento e prosperidade d'esta província, mas não tenho a injustificavel vaidade de pensar que a conheço - tanto como vós, e por isso, se me não animo a proporvos que ensaieis o systema de pequena propriedade, peço vos que ao menos o estudeis nos seus efeitos, produzidos mesmos no nosso paiz, principalmente na província - do Rio Grande do Sul, e ficareis convencidos de que - elle é digno de pelo menos uma experiência."(29).

Num momento seguinte, a discussão que estava - anteriormente circunscrita a nível dos poderes do Estado ganha foros de debate público. Trata-se agora, não - de tímida manifestação de um estadista, mas de um acalorado debate entre dois fazendeiros de Campinas. O jornal Gazeta de Campinas, publica durante os meses de janeiro a bril de 1.870 vários números dedicados à importante questão da organização da mão-de-obra para as la

(29) - Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa - da Província de São Paulo na 1ª sessão da 14ª Legislatura pelo Presidente Dr. João Tacyntho de Mendonça. São Paulo, Typ. Imparcial, 1862. p. 41-42.

vouras de café(30). O debate desenvolve-se entre os fazendeiros que assinam os pseudônimos de "O Lavrador" e "O Roceiro" respectivamente. O importante a ressaltar - nesse debate é que ambos os contendores viam como necessária a implantação de um sistema onde o imigrante pudesse transformar-se em pequeno proprietário. Entretanto, "O Lavrador" julgava ser o sistema de parceria até-então vigente, a forma adequada de substituir o trabalho escravo pelo livre. Os resultados negativos decorrentes dessa experiência deviam-se apenas à péssima qualidade dos colonos enviados pelas Casas Extranheiras. A formação de uma "classe" de pequenos proprietários seria uma decorrência normal dos anos a que estaria o imigrante -

(30) - Ver os seguintes artigos:

- LAVRADOR - A Magna Questão. In: Gazeta de Campinas. - 6/1/1870, p.1-2, nº 20
- Ainda a Grande Questão. In: Gazeta de Campinas. 27/1/1870, p.1-2, nº 26
O ROCEIRO - Interesses Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. 2/2/1870, p.1-2, nº 28
O LAVRADOR - Questões Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. 20/2/1870, p.1-2, nº 33
- . In: Gazeta de Campinas 21/2/1870, p.1, nº 34
- . In: Gazeta de Campinas. p. 1-2, nº 35.
O ROCEIRO - A Lavoura. In: Gazeta de Campinas. 6/3/1870, p. 1-2, nº 37.
- Questões Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. 27/3/1870, p. 1-2, nº 43.
- . In: Gazeta de Campinas. 31/3/1870. p.1-2, nº 44.
- . In: Gazeta de Campinas. p.1, nº 49
ROCEIRO - Questões Agrícolas. 10/4/1870, p.1-2, nº 47.
LAVRADOR - . 24/4/1870, p.1-2, nº 50.
- Colonização. 12/5/1870, p.1-2, nº 55.

submetido no sistema de parceria, conforme sua opinião: "O colono após 4,5,6 anos de residência n'uma colonia - onde passou a vida feliz, porque viveu comodamente na abundância, não teve uma só verdadeira necessidade que não pudesse satisfazer, concorreu efficazmente para o - augmento da fortuna do fazendeiro, e portanto para o das rendas do estado, tornou-se lavrador prático, e obteve pecúlio para ser proprietário ditoso na pequena lavoura, não no sertão que sem estradas a ninguém convém - mas sim entre os fazendeiros, nas proximidades das maiores e melhores estradas, e consequentemente dos grandes mercados, circunstância essencial para que possa considerar-se em bon pé."(31). O "Lavrador" acha ainda impossível o imigrante tornar-se imediatamente um pequeno - proprietário por todas as dificuldades que irá enfrentar referentes ao domínio da língua, à ambientação climática e ao solo. Além disso não crê como o "Roceiro" - que as aspirações do imigrante a proprietário se concretizam apenas porque lhe foi dado o pagamento de sua passagem. Por isso, é preciso investir neste empreendimento, o que é difícil dada a exiguidade dos recursos disponíveis pelo país. Assim, a "pequena lavoura póde esperar um pouco sem prejuizo das rendas do paiz, e contando certo que em breves annos começará á receber da -

(31) - O LAVRADOR - Questões Agrícolas. In: Gazeta de - Campinas, 24/4/1870, p. 2, nº 50.

grande, os colonos que livrando-se dos compromissos tomados para com os fazendeiros, e conseguindo algum pecúlio se tornarão pequenos proprietários..."(32).

O "Roceiro" entretanto, tinha uma visão muito mais imediatista da questão. Começa definindo as palavras "colono" e "imigrante". A primeira palavra para esse fazendeiro, está associada à escravização temporária, à sujeição a um amo ou senhorio, ao sacrifício da liberdade pessoal. Portanto, a colonização que é por ele identificada com o sistema de parceria vigente, é apropriada para um governo despótico, representando acima de tudo o poder pessoal. O "imigrante" é aquele que deixa a sua própria pátria por razões políticas ou religiosas e busca um outro país a fim de melhorar a sua sorte. Traz sempre consigo algum pecúlio. Assim, uma política de imigração que aproveite esse tipo de elemento humano é mais própria para um governo livre. Acha o "Roceiro" que decorridos vinte e três anos de uma política de colonização baseada no sistema de parceria, é chegada a hora do desenvolvimento de uma política de imigração. Diz que com o pouco pecúlio que trazem consigo, os imigrantes podem adquirir terras: "A imigração porém - derrana-se pelo país e se o imigrante traz sempre consigo um capital seu é este entretanto em geral diminuto; - ele não pode desde logo fundar o seu estabelecimento em terras superiores; tem de procurar as inferiores, que naturalmente são as mais baratas; terras até então in -

(32) - O LAVRADOR - Questões Agrícolas. Gazeta de Campinas. 24/4/1870, p.1, nº 50.

produtivas, nas que graças aos processos agrícolas mais aperfeiçoados, que ele principia a empregar, tornam-se muito boas, e vêem o seu valor elevar-se, as suas rendas crescerem, indo aumentar por essa forma a fortuna pública."(33). Acrescenta ainda esse fazendeiro, estabelecendo analogia com a política dos Estados Unidos, - ser fundamental uma política adequada de naturalização do imigrante, bem como facilidade legal para alienação de terras a esses trabalhadores. Só assim é possível a consecussão de uma divisão territorial adequada ao desenvolvimento dessa política.

A discussão que inicia-se já por volta de meados do século XIX, arrasta-se até inícios do século XX. Os próprio fazendeiros, ao refletirem sobre o abandono da mão-de-obra imigrante a que as fazendas eram submetidas, alegavam como causa fundamental as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em adquirir terras(34). -

(33) - ROCEIRO - Questões Agrícolas. Gazeta de Campinas. 10/4/1870, p.2 nº 47.

(34) - "O êxodo italiano de "Santa Veridiana" despertou grande atenção no Rio de São Paulo, já que envolvia um prestigiado político fazendeiro paulista. Em sua defesa Antonio(Prado) observou que a maioria dos italianos tinha ido para a região do Rio da Prata, e, voltando, alquebrados e infelizes, a trabalhar para ele. Ele pensava que a base do descontentamento não era o salário em si, mas os obstáculos que os imigrantes encontravam para adquirir sua própria terra, a qual poderia produzir rápidos lucros." COUTY, Louis - Le Brésil en 1884. - Rio de Janeiro, 1884. p. 162-163.

No ano de 1.888, Francisco de Paula Rodrigues, transferindo a administração da província a seu sucessor lembrou em Relatório redigido no dia 27 de abril, a frequência da idéia corrente da aspiração do imigrante em tornar-se proprietário. Para essa eventualidade, portanto, os fazendeiros já estavam se preparando. Por sua vez o Governo Geral e Provincial vinha esforçando-se pela criação de núcleos, onde o imigrante pudesse encontrar lotes medidos e demarcados, os quais poderiam ser adquiridos em condições vantajosas(35). Ainda nos anos oitenta, era a vez da Sociedade Central de Imigração interferir em favor da adoção de uma prática capaz de possibilitar a transformação do imigrante em pequeno proprietário. Em ofício dirigido pela diretoria dessa sociedade ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, esta agência de crédito era conclamada a tomar a si a tarefa de ensaiar a organização de núcleos coloniais com imigrantes em pelo menos uma de suas muitas fazendas hipotecadas. Bastava dividir a terra entre os imigrantes, para que os mesmos saldassen a dívida de compra dentro de algum tempo. Assegurava a diretoria da Sociedade que com alguma proteção inicial aos novos proprietários, essas terras hipotecadas, antes inaprestáveis, transformariam-se em valiosos capitais. Aconselha ainda a que se-

(35) - Relatório com que o Exm Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a Administração da Província de São Paulo ao Exm. Snr. Dr. Francisco Dutra Rodrigues 1º Vice-Presidente no dia 27 de abril de 1.888. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler, 1888. p.64-66.

o Banco não quisesse tomar a si a iniciativa de tal empreendimento, que procurasse promovê-lo entre os fazendeiros(36).

Em 1.902, um membro da Sociedade Paulista da Agricultura, Comércio e Indústria, Dr. Carlos J. Botelho que seria posteriormente Ministro da Agricultura, apresenta um trabalho à Assembléia Geral dessa sociedade, - onde aponta uma série de deficiências na política de organização da mão-de-obra livre da cultura cafeeira. Condena a colonização assalariada, acusando-a de não fixar o imigrante ao solo e de concorrer para a superprodução cafeeira. Propõe a remoção da grande propriedade improdutiva e através da sua divisão, a satisfação da ambição do imigrante em tornar-se pequeno proprietário. Não titubeia em afirmar que a "instalação do imigrante - proprietário neste torrão da América, que mais privilegiado não podia ser, deve na actualidade ser a principal preocupação colonizadora dos governos."(37).

Assim, a lista de pronunciamentos em torno - dessa questão, poderia alongar-se(38). Acredito entre - tanto que a exposição até aqui delineada, pelo menos - torna claro que a questão da formação da pequena proprie

(36) - Sociedade Central de Imigração. Divisão em Lotes para imigrantes, das fazendas Hypotecadas ao Banco do - Brasil. Anexo 2. In: COUTY, Louis - La Petite Culture et L'Immigration Européenne. 1883-1884. p. 141-149.

(37) - BOTELHO, Carlos J. - A Colonização e a Limitação da Plantação Cafeeira; trabalho apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Paulista de Agricultura, Comercio e Industria realizada em São Paulo, no dia 15 de julho de 1902. São Paulo, Duprat & Comp., 1902. p.9

(38) - Maria Stella Bresciani, utilizando basicamente -

dade foi intensamente discutida durante quase toda a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, e em muitas ocasiões defendida com a maior veemência.

Antes de finalizar este ítem, é interessante-notar que embora a questão seja sempre discutida em termos de buscar-se uma alternativa condescendente com a melhor forma de aproveitamento da mão-de-obra, o discurso desses agentes muitas vezes está recheado de falas - que obscurecem as suas reais intenções. Veja-se por exemplo o discurso do "Roceiro", fazendeiro defensor intransigente da elaboração de uma política de estímulo - ao surgimento do pequeno proprietário. Diz ele ao defender suas idéias que os "pequenos estabelecimentos, a classe numerosa de pequenos proprietários são os que dão a medida da felicidade de um povo, tornando-o enérgico, trabalhador, inteligente e rico."(39). Convém portanto, dimensionar as reais motivações subjacentes ao propósito aparente de tornar o imigrante feliz e rico.- Não será aqui esgotada a questão já que esta é objeto de todo o trabalho. Por enquanto atendo-me à questão da grande dificuldade de fixação do imigrante submetido ao regime de trabalho vigente.

(38) - cont.: relatórios de Presidente de Província, faz também referências à política de constituição do imigrante pequeno proprietário. Vide artigo: BRESCIANI, M. Stella Martins - Suprimento de mão-de-obra para a agricultura: Um dos aspectos do fenômeno Histórico da Abolição. - In: Revista de História, nº 106, 1976, p.333-353.

(39) - ROCEIRO - Questões Agrícolas. Gazeta de Campinas. 10/4/1870. nº 47, p. 2.

2. O SURGIMENTO DO CAMPESINATO

Com a promoção de uma política de imigração a princípio particular e depois subvencionada pelo Estado, desenvolveu-se a forma de produção que se convencionou chamar colonato. Havia duas formas de inserção do colono no trato e colheita do café: os que praticavam cultura intercalar e os que produziam seus meios de vida fora do cafezal. Como se sabe, a exploração do trabalho - escravo, onde este não se contrapõe, mas é parte constitutiva dos meios de produção, ocorre predominantemente através da coerção física. No trabalho livre, ao contrário, a coerção é predominantemente ideológica e a exploração da força de trabalho terá que ser legitimada pelo próprio trabalhador. Na verdade, o processo de legitimação de uma relação desigual entre fazendeiro e colono ocorria tanto no que respeita ao trabalhador que praticava a agricultura intercalar como o que cultivava fora do cafezal. Porém em relação aos colonos que cultivavam seus meios de vida fora da fazenda, o grau de exploração era maior e visível, pois havia uma duplicação da jornada de trabalho(40). Nesse sentido, a proxi

(40) - MARTINS, José de Souza - O cativo da terra. - São Paulo, Ciências Humanas, 1970. p. 77-93.

nidade de colonos submetidos às duas formas, tornava - inevitável uma comparação desfavorável a este último, o que comprometia a legitimação da exploração, necessária para a consecussão da sua submissão ao capital. Essa - circunstância determinava uma grande dificuldade de fixação da mão-de-obra onde os colonos não pudessem prati-car a agricultura intercalar em virtude da idade dos ca-feeiros.

A política de imigração subvencionada pelo Es-tado era baseada no abastecimento de mão-de-obra sempre superior às necessidades da cultura cafeeira(41). Entre-tanto, a inviabilidade da prática da cultura intercalar em algumas regiões, a partir de um certo momento acen-tua a migração campo-cidade. Considerando o desenvolvi-mento do capital social em seu conjunto, esse fenômeno-foi positivo, já que o trabalhador migrado para a cida-de, integraria o exército de reserva contribuindo para-baratear o custo da força de trabalho na indústria. -

(41) - HALL, Michael M. - The Origins of mas Imigra - tion in Brazil(1871-1914). University Microfilm, - 1972. p. 106. A tese da política de importação de - mão-de-obra imigrante sempre superior às necessidades- das lavouras de café, é também esposada por, LEFF, Na-taniel - "Economic Retardation in Nineteenth Century - Brazil." In: The Economic History Review, vol. 25, nº3 ag.,1972, p.494.

Antonio Carlos Bernardo(42) aponta para a cidade de São Paulo em 1920, uma população total de 579.033 habitantes. Destes, 376.340 eram constituídos pela população economicamente ativa. Todavia o contingente empregado era de apenas 229.205. Mas evidentemente não satisfazia ao imigrante abandonar o trabalho no campo para integrar-se a uma população na maioria das vezes subempregada e marginal nas cidades. Então as cifras de imigrantes que entram no país e o abandonam pouco tempo depois, começam a ganhar uma significação cada vez maior. Já em 1.900 as estatísticas revelam um excedente de saída sobre as entradas de imigrantes. O fato volta a repetir-se em 1.903 e 1904. Em 1.903 o número de imigrantes que se retiraram do país atinge a cifra de 36.000. Em 1.906 embarcam no porto de Santos, 41.000 passageiros. Os imigrantes dirigiam-se principalmente para a Itália e Argentina(43).

A socialização do anus da política de imigração subvencionada começa a defrontar-se com os seus primeiros percalços. Era urgente que se encontrasse na economia cafeeira uma forma de fixar a mão-de-obra, principalmente aquela que nas relações de trabalho não estava submetida à prática da cultura intercalar. Uma

(42) - BERNARDO, Antonio Carlos - Legislação e Sindicalismo; uma contribuição à análise da industrialização brasileira(1930-1945). (Tese Dout. em Ciências - Sociologia - apres. Fac. Fil. C. L. Assis, 1973) p.20

(43) - DENIS, Pierre - O Brasil no século XX: versão portuguesa. Lisboa, José Bastos & Cia. Editores, s/d, p. 200-201

SILVA, Sergio - Op. cit. p. 53

solução encontrada foi o desenvolvimento da política - que estimulasse o imigrante a se tornar pequeno proprietário. A pequena propriedade imigrante passou a circundar a grande exploração cafeeira já a partir de fins do século XIX, coexistindo com outros tipos de relações de trabalho. Constitui ela também, um artifício singular - criado com o propósito de promover e potencializar a acumulação na economia cafeeira.

Cabe então analisar como ocorre concretamente a possibilidade do surgimento do pequeno proprietário.- A crise da economia cafeeira que aparece delineada já a partir de 1.897/8, coloca-se como uma oportunidade in par para a concretização desse objetivo.

O período que se inicia por volta de 1.886 - abre-se como o início de um ciclo de grande prosperidade para a economia cafeeira. Os preços do café que haviam caído desde 1.882, tinham se recuperado. Várias - condições favoráveis de acumulação haviam se colocado.- Alguns fatores haviam contribuído para que a partir de então se contasse com uma oferta abundante de mão-de-obra, dentre os quais determinados fatores de expulsão - em várias economias européias. Certos países que poderiam colocarem-se como competidores do Brasil em termos de arregimentação de mão-de-obra imigrante, como os Estados Unidos e Argentina, estavam temporariamente impossibilitados para isso. A economia norte-americana enfrentava grave crise e a economia argentina estava estagnada.

O surgimento de Estradas de Ferro contribuiu poderosamente para a expansão do processo de acumulação no complexo cafeeiro. Além da diminuição dos custos de transporte aos cafeicultores, que reduzem-se de 50% para 20% dos preços de exportação, eleva a produtividade física do café. As ferrovias atuam ainda, como desbravadoras de fronteiras agrícolas, viabilizando a acumulação pela apropriação de terras.

As condições de realização do produto são também extremamente favoráveis. A partir de 1.886 os preços internacionais começam a subir de 10,7 centavos por libra para 20 em 1.890. O comportamento da oferta e demanda do produto estimulam esses aumentos de preços internacionais do café. Do lado da demanda, verifica-se um crescimento dos mercados internacionais, especialmente dos Estados Unidos. Do lado da oferta, pela "quebra" das safras de 1.887-1.888 e 1.889-1.890. Apesar da crise da economia européia a partir de 1.891, a prosperidade da economia dos Estados Unidos persiste até 1.893, o que impede a queda dos preços internacionais.

Agregando-se a todos esses fatores positivos, a proclamação da República, traz profundas modificações na política monetária. Houve expansão do fornecimento de crédito e efetivação da reforma bancária com a criação de vários bancos de emissão. Em apenas dois anos (1.890-1.891) foram emitidos cerca de 335 mil contos em notas bancárias, o que significou um aumento em 1,5 vezes o saldo de papel moeda emitido. Isso ocasiona uma queda na taxa de câmbio, que aliada à expansão do fornecimento de

crédito, aumenta os lucros dos cafeicultores e estimula a expansão das plantações.

Com essas condições favoráveis, o planalto - ocidental de São Paulo, que em 1.886 contava com mais - ou menos 141 milhões de pés de café, passa em 1.896 para 386 milhões. As mudas plantadas no início do "boom" entraram em plena produção em 1.896 provocando uma safra record mundial de 14 milhões de sacas. Os preços - então caíram de 16 centavos para 12,3 centavos. Em 1897 a produção mundial cresceu de novo, alcançando 16 milhões de sacas. Os preços mais uma vez caem para uma média - de menos de 8 centavos por libra. O movimento da taxa - cambial permaneceu um pouco favorável ao produtor e os estoques foram mais uma vez aumentados.

Em relação à política financeira do governo - haverá a partir de 1.898 uma mudança radical que agrava - rá ainda mais os problemas dos cafeicultores. Nos pri - meiros anos da República as desvalorizações cambiais fo - ram contínuas. Esse fato, aliado aos baixos preços do - café no mercado internacional, provocavam uma balança - de pagamentos sempre desfavorável. A dívida do governo federal com os credores estrangeiros, aumentava sempre - e a possibilidade de saldá-la era cada vez mais remota. Diante dessa conjuntura, Joaquim Murinho, Ministro das - finanças do governo Campos Sales, pressionado pelos ban - cos europeus, toma medidas drásticas, instituindo uma - série de reformas para restaurar a solvência do governo e revalorizar o mil réis e fecha um empréstimo com a Ca - sa Rothchild para refinanciamento da dívida pública. Fa

zia parte do acordo desse empréstimo (Funding de 1898), que a receita do direito alfandegário fosse usada como-garantia do empréstimo e que o governo brasileiro retiras-se uma determinada quantidade de papel moeda de circulação e depositasse-a em Londres onde seria posteriormente destruída. Essas medidas permitiram que a oferta-demasiada de dinheiro fosse cautelosamente sendo reduzida, o que ensejou um alívio no peso da dívida na balança de pagamentos e a restauração do crédito internacional.

Como resultado imediato, o valor do mil réis- começa a subir alcançando uma média de 11 pence da libra esterlina em 1.900, a mais alta cotação desde 1892. Paralelamente, a grande quantidade de novas plantações-da década precedente continua a atingir seu estágio de-maturação. Em 1.901 registra-se uma produção de café - de 19,8 milhões de sacas, sendo vendido apenas 15,3 milhões. Em novembro de 1.902, Rodrigues Alves substituiu a Campos Sales, e seu Ministro das Finanças Leopoldo Bulhões, manteve a política financeira conservadora da administração anterior. Nunca a média de preços esteve-tão baixa em Nova York como em 1.902 e 1903(44).

(44) - A propósito da crise de fins do século XIX, consultar os seguintes autores:

CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio-SP, Difel, 1.977.

FAUSTO, Boris - " Expansão do Café e Política Cafeeira" In: Boris Fausto(org) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1975. Tomo III, vol.1 -cont.p. seg.

Depoimentos da época delineiam um quadro mais ou menos aflitivo para a economia cafeeira. Delden Laerne constata apenas no Municipio de Campinas, já em 1.883, 49 fazendas hipotecadas no Banco do Brasil, com extensão de 26.189 hectares, 5.023.000 pés de café, 2.613 escravos. As fazendas estavam avaliadas em 4.912.092 mil réis e os escravos em 3.662.200(45).

Ao nível da historiografia, Alberto Passos Guimarães vê nessa primeira crise de superprodução o início da desintegração da "Estrutura fundiária no Brasil", que já havia sido golpeada antes pela extinção da escravatura efetivada em 1.888. Isso porque, o "latifúndio" batido pelos efeitos catastróficos da crise de superprodução começa a fracionar-se abrindo oportunidade em escala nunca antes observada ao surgimento da pequena propriedade.

Esse autor apressa-se em ver nos efeitos da crise sobre a economia cafeeira os primórdios da decadência do latifúndio em face de sua concepção de que a aliança deste último com o imperialismo impede o "capi-

(44) - cont. p. ant. HOLLOWAY, Thomas H. - Vida e Morte do Convênio de Taubaté; a primeira valorização do café. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
MELLO, João Manuel Cardoso de - Op. Cit.

(45) - LAERNE, C.F. Van Delden - Le Brésil et Java; rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique. Paris, Challanel Aîné, 1885. p. 184-187.

talismo nacional" de realizar sua missão histórica(46).

Ora, realmente esse é um momento marcado pelo surgimento da pequena propriedade, certamente em muitos casos desmembrada da propriedade cafeeira. Mas isso não significa decadência generalizada da cultura cafeeira. O próprio Ministro da Fazenda da época, Joaquim Murinho, admitia que durante a crise, fazendas que não tinham condição de vida seriam eliminadas passando para as mãos de fazendeiros mais fortes e melhores organizados para a luta(47). É preciso pensar, portanto, que a burguesia cafeeira não se constitui de um todo homogêneo. Assim, levando em consideração não só o tamanho da propriedade, mas também a superfície da área plantada, a qualidade da terra, o número de trabalhadores e o grau de mecanização que se acentua principalmente a partir da década de setenta, observamos uma diversidade no que respeita à magnitude de cada uma das propriedades.

Se a magnitude econômica das propriedades cafeeiras é diferenciada, os níveis de acumulação no âmbito de cada unidade produtora são maiores ou menores, o que confere a cada categoria de proprietários uma capacidade específica de resistência às crises, no interior da ordem social competitiva a que pertencem. Portanto apenas algumas propriedades pereceram, tendo-

(46) - GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d. p. 148-157.

(47) - Citado em HOLLOWAY, Thomas - Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 45.

suas hipotecas sido executadas, dando lugar ao surgimento da pequena propriedade.

Como foi visto anteriormente, diversos pronunciamentos oficiais de homens públicos ligados ao Estado e de fazendeiros, já propunham francamente a elaboração de uma política voltada para o incentivo ao estabelecimento de pequenas propriedades. Essa crise de fins do século XIX e que se arrasta por quase toda a primeira década do século XX, possibilita a consecussão da iniciativa de fazendeiros em fundar e organizar pequenas propriedades.

Alguns fazendeiros lucram com a falência de - outros. A Companhia Prado Chaves por exemplo, em 1.909- havia adquirido 17 propriedades de fazendeiros falidos. É evidente que não foram todas transformadas em pequenas propriedades. As melhores foram modernizadas, replantadas e vendidas a sócios da firma. Porém pelo menos - duas foram divididas e vendidas a imigrantes e brasileiros(48).

Na Fazenda Pau-a-Pique em Louveira, foram divididos 400 alqueires. Igualmente, na Fazenda Queluz situada em Elias Fausto, foram divididos 600 alqueires e e reservada uma área de 400 alqueires para ser dividida posteriormente.

A divisão dos lotes era feita por engenheiro-habilitado e variava entre cinco e dez alqueires. Os logo

(48) - LEVI, Darrel E. - A família Prado. São Paulo, - Cultura-70,- Livraria e Editora S/A, 1977. p.256.

tes eram vendidos parte a vista e parte a prazo, variando entre 140 e 400\$000 o alqueire. A variação de preços era decorrente de vários fatores, dentre os quais influíam as condições físicas do solo, ou seja, a qualidade da terra, a topografia, além das matas, volume de águas e sua capacidade hidráulica, a distância da estação férrea, a natureza das estradas etc. (49).

A iniciativa de adquirir grandes propriedades falidas, dividi-las em pequenos lotes e depois vendê-los a imigrantes, não ficou restrita a fazendeiros de café. Pode anotar o caso de pelo menos uma agência bancária que também parece ter cumprido esse papel. Em 1.871, o London and Brazilian Bank adquiriu da firma Vergueiro & Cia., em falência, a Fazenda Angélica. Em 1.880 esse mesmo Banco vendeu essa fazenda após dividi-la em várias partes(50).

Finalmente, a intervenção do Estado nessa iniciativa não é menos importante. Em 1.886, a colonização oficial reorganiza ou cria diversas colônias de pequenos proprietários, dentre as quais a de Sant'Ana, São Bernardo, Barão de Jundiá, Antonio Prado, Boa Vista etc. Em 1.905, o movimento de instalação de pequena propriedade é retomado, principalmente por iniciativa do Minis

(49) - REVISTA AGRÍCOLA. Lavoura Commercio e Industria. nº 146, 1907, p.535-537.

(50) - APESP-TI. Offícios Diversos de Rio Claro, 1866-1891, ex.398. Recurso do London and Brazilian Bank, firma em liquidação e proprietária da fazenda Angélica, ao Presidente da Província em 1 de julho de 1.888.

tro da Agricultura Carlos Botelho. Nesse ano, o governo decide ampliar a colônia de Campos Sales e fundar - os Centros de Nova Odessa e Tibiriçá. No início de - 1.907, são fundados os Centros de Nova Europa, Nova - Paulice, e Gavião Peixoto(51).

É preciso ressaltar ainda, que além das iniciativas de fazendeiros, agências de crédito e do Estado, algumas autoridades, andando pelas principais fazendas de café de São Paulo, assinalaram já a partir - de 1.870, um número crescente de pequenos proprietários que iam se constituindo mais ou menos espontaneamente. Nessa época, o Inspetor Geral de Moraes constatou a existência de uns trinta pequenos proprietários entre Jundiaí e Campinas e outros tantos entre Campinas e Limeira. Há aproximadamente uma légua e meia de Limeira, trinta e seis famílias haviam criado uma pequena colônia em uma antiga fazenda abandonada e um colonos com seus filhos e genros tinha comprado uma parte da fazenda e feito à sua custa a demarcação dos lotes - que revendera a outras famílias. À pequena distância de Campinas, um grupo de alemães havia criado a colônia Nova Fribourg e próximo desta, havia se constituído a colônia suíça de Nova Helvética(52).

(51) - DENIS, Pierre - O Brasil no Século XX. Versão-Portuguesa. Lisboa, José Bastos & Cia., s/d, p.216-e 217.

(52) - Idem, *Ibidem* - p. 208-210.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PEQUENO PROPRIETÁRIO

Foi visto até aqui como a proposição da criação da pequena propriedade foi ganhando espaço no cenário das discussões políticas e econômicas, até encontrar bases concretas para sua real efetivação. Resta portanto, deslindar um pouco mais claramente o perfil econômico desse pequeno proprietário.

É importante ressaltar inicialmente a existência de uma associação entre trabalhador e suas condições de trabalho. É proprietário de uma pequena porção de terra, geralmente o suficiente para prover suas necessidades de alimentação. Constatou-se por exemplo, que na divisão de terras para imigrantes, promovida pela Companhia Prado Chaves, o tamanho dos lotes variava entre cinco e dez alqueires. Trata-se principalmente de um trabalho familiar, não havendo portanto nenhuma forma de assalariamento nestas propriedades. Cultivam-se aí, os meios de vida embora em muitas delas seja comum a prática do cultivo de uma pequena lavoura cafeeira: - "existe ao lado de Ribeirão Preto um bairro, o Morro do Cipó, inteiramente povoado de camponeses italianos, pe-

quenos proprietários, e cultivando elles próprios, em - família e sem operários, minúsculas plantações de café. Os mais ricos teen 20.000 pés, outros 10.000, 5.000. Al guns até menos de um milhar(53). É claro portanto que havia uma vinculação desses pequenos proprietários ao mercado. Comerciava-se o excedente de meios de vida e a pequena quantidade de café produzida. Em relação aos meios de vida, a tarefa de comercialização desses - gêneros parece ter sido assumida pela mulher, principal mente quando a propriedade estava localizada próxima - aos centros de comercialização. Portanto, a mulher não só assumia as tarefas domésticas, mas trabalhava na la voura, e assumia as tarefas de comercialização em um - mercado mais próximo, como constata um cronista da época: " As mulheres usam o lenço em triângulo na cabeça;- trabalham duramente a terra á enxada, e levam suas va cas á corda, imperiosamente." Mais adiante afirma: "En fim, á cultura do café juntam outras pequenas culturas- hortícolas, cujo produto encontra saída no mercado de - Ribeirão Preto. As mulheres têm a seu cargo este commer cio."(54).

O café era comercializado de várias formas pe lo pequeno produtor. Nícia Villela Luz, baseando-se em

(53) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 223.

(54) - Idem, ibidem - p. 220-223.

dois autores que estudaram o desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, refere-se às vantagens excepcionais auferidas pelo chamado comércio de beira de estrada. Graças a esse tipo de comércio, o produtor - com muito poucos recursos podia plantar café sem precisar depender do maquinário de beneficiamento de café do senhor de terras. O café era vendido em "côco" na porta do produtor, aos compradores de estrada(55). Embora - não se tenha encontrado referências a esse tipo de comércio no Oeste Paulista, é possível que ele também tivesse existido aqui. As dificuldades normais do pequeno produtor em relacionar-se com os centros urbanos mantenendo contactos com comissários e exportadores, e a impossibilidade de contar com a custosa aparelhagem de beneficiar café, tornava-o muito suscetível a esse tipo de comércio.

De qualquer forma, não sendo o café vendido - em "côco" em seu estabelecimento, era fundamental para a comercialização do produto, que o mesmo fosse beneficiado. Alguns pequenos produtores podiam reunir reursos para instalar processos arcaicos de tratamento - do café, dentre os quais a pilonagem a mão ou pilões -

(55) - LUZ, Nícia Villela - "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano." In: Revista de História nº 57, volume XXVIII, ano XV. São Paulo, - 1.964. p. 13-27.

acionados mecanicamente(56). Entretanto era mais co-
mun esses pequenos proprietários enviarem seu café pa-
ra ser beneficiado em máquinas de grandes fazendeiros-
vizinhos. Estes encarregavam-se da preparação, cobran-
do uma quantia por arroba de café beneficiado, ou sim-
plesmente em troca da palha do café(57).

Uma outra forma bastante disseminada do pe-
queno proprietário resolver a questão do beneficiamen-
to e comercialização de seu produto, consistia em re-
lacionar-se com uma pequena indústria de beneficiamen-
to de café instalada nos centros urbanos próximos à -
sua propriedade. Estas beneficiadoras de café esta-
vam instaladas por todos os centros produtores de café
do Estado de São Paulo, ao que parece, com vistas prin-
cipalmente ao atendimento do pequeno produtor, já que
as grandes fazendas possuíam toda a maquinaria necessá-
ria ao beneficiamento. Tratava-se de uma reunião de
duas a quatro ou mais pessoas, que com um pequeno capi-
tal individual fundavam uma sociedade anônima, como -
essa encontrada nos registros de contratos comerciais-

(56) - LALIÈRE, A. - Le Café dans l'état de Saint -
Paul (Brésil). Paris, Augustin Challamel Editeur, -
1.909. p. 197-198.

(57) - CARVALHO, Delgado de - Le Brésil Méridional; -
étude économique sur les états du sud S. Paulo, Paraná,
Santa Catarina et Rio-Grande-do-Sul. Paris, Société-
Anonyme de Publications Périodiques, 1.910. 529p. -
p. 153-169.

da Junta Comercial do Estado de São Paulo:

"Contrato nº 284 de 20/6/1892 da firma-Bastos & Companhia, Negociantes de Serra Negra.

Sócios Joaquim Rodrigues de Siqueira - Bastos, José Alves Nogueira, Ignacio Tristão da Silveira, Joaquim Augusto de Araujo Campos, Pedro Penteado, - Eduardo de Souza Porto, Pedro José Marques, Francisco-Pinto da Cunha, Estevão Franco de Godoy, Blota Mia., - João Maricato, Antonio Marques da Rocha, José Bruschini, todos brasileiros e residentes na cidade de Serra-Negra; José Thomaz Coutinho e João Gomes d'Oliveira - Carneiro, ambos residentes no Araparo, o primeiro portugues e o último brasileiro.

Objetivo: beneficiar café em máquinas para esse fim montadas em prédio próprio, receber café e outros gêneros á consignação e estabelecer outro - qualquer ramo de comércio ou industria que julgar conveniente aos interesses sociais.

Capital: O Capital Social fica determinado em cinquenta contos de réis e será realizado em prestações de vinte por cento cada uma."(58)

Essas beneficiadoras simplesmente compravam o café em côco do pequeno produtor ou recebiam sua safra em consignação, que seria paga somente após sua co

(58) - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Contratos Commerciaes. Livro nº 8, contratos de nº 281 a 320,- p. 189-192 (manusc.)

mercialização com os comissários ou exportadores. O pequeno produtor contava ainda com a alternativa de apenas mandar beneficiar o seu café e pagar ao beneficiador com uma parte da colheita(59).

É possível ainda que, em virtude da dificuldade de concorrer com os fazendeiros em decorrência dos custos de produção e qualidade do café, as safras do pequeno produtor nem sempre conseguissen chegar até os portos de exportação. Nesse caso, o seu café em grande parte seria direcionado para consumo interno das cidades mais próximas. Os centros mais desenvolvidos como Campinas, contavam com várias torrefações de café encarregadas de suprir o consumo da cidade(60).

Havia ainda uma relação comercial entre pequeno proprietário e o fazendeiro. Este comprava a lenha do pequeno proprietário, muito importante para ser usada como combustível, principalmente nas fazendas que possuíam uma grande quantidade de máquinas de beneficiar café. A produção de milho do pequeno proprietário era também quase sempre consumida pelas fazendas-

(59) - Juízo de Direito e do Comercio da 1ª vara da comarca de Campinas, anno de 1.902.(manusc.).

Almanach Histórico e Estatístico de Campinas, - 1.912. Org. Benedicto Octavio e Vicente Melillo, p. - LXVI e LXXXIV.

DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 223.

(60) - INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Lançamento dos Impostos Sobre Industrias e Profissões para o Exercício de 1.890 a 1.891. (manusc.). Aí encontra-se uma extensa relação de firmas encarregadas de comprar, torrar e moer café.

próximas para atender à demanda das tropas do fazendeiro(61).

Faz-se necessário ressaltar aqui que a situação econômica do pequeno proprietário mantinha-se num nível muito precário. Quase nunca os anos em que esteve trabalhando em fazendas de café no regime de colono, lhes permitiram acumular um pecúlio para tornar-se um pequeno proprietário. Comprava o lote de terra a prazo, ficando portanto vários anos para amortização da dívida. Em virtude da pequena extensão de seu pedaço de terra, pode-se afirmar que a maior parte do que produzia era reservada à sobrevivência e reprodução de sua força de trabalho e de sua família. O excedente comercializado era também revertido ao consumo pessoal da família sendo usado na compra de meios de vida não produzidos na propriedade, como sal, querosene e algum vestuário e calçado. A própria comercialização do excedente, mantinha quase sempre um grau de relação direta com o mercado vertical, ou seja, o intercâmbio não se efetuava entre compradores e vendedores de igual status. Assim sendo, a relação comercial estabelecida com o fazendeiro era sempre desvantajosa. Exemplo disso eram os contratos previamente estabelecidos entre fazendei -

(61) - REVISTA AGRÍCOLA. Lavoura Comercio e Industria. Publicada sobre a direção de Fernando Werneck e redação dos Drs. Luis P. Barreto, Carlos Botelho e Augusto Ramos. Ano XIII, 15 de setembro de 1.907, nº 146, - p. 536.

ros e pequenos proprietários, para a compra de lenha e milho. Esses contratos previam a compra desses produtos por parte dos fazendeiros por um preço excepcionalmente barato(62). Quando o café era produzido na pequena propriedade, além de ser cultivado em pequena quantidade, as dificuldades de comercializar o produto diretamente com comissários e exportadores, e a própria qualidade do mesmo, colocavam dificuldades de igual teor.

As relações estabelecidas com fazendeiros vizinhos ou beneficiadores de café nos centros urbanos - mais próximos, era no mínimo uma relação onde o pequeno proprietário não tinha controle sobre a quantidade líquida de café beneficiado que lhe sobraria. Além disso, o período aqui tratado coincide com a longa crise iniciada em 1.897, que se estenderá até 1.910. Num momento em que muitas grandes propriedades pouco preparadas para a crise desapareceram, como foi visto anteriormente, é difícil crer que o pequeno proprietário auferisse lucro apreciável com a sua reduzida produção de café. Portanto, o pequeno proprietário mantinha-se numa situação sempre precária.

Anteriormente, ressaltou-se já, uma associação desse tipo de trabalhador com uma condição natural de produção, a terra. Deve-se salientar ainda, nesse mesmo processo, a associação entre o trabalhador e seus

(62) - REVISTA AGRICOLA. Lavoura... nº 146, p. - 535-537.

instrumentos de trabalho, ou seja, o pequeno proprietário é dono dos meios de trabalho. É evidente que não - possuía os instrumentos de produção mais caros como o complexo de máquinas para beneficiar café com o qual - contava o fazendeiro. Apenas em alguns casos possuía os instrumentos de beneficiar café. Porém nesses ca - sos esses instrumentos eram rudes e artesanais e po - diam ser fabricados no interior de sua própria unidade produtiva. Regra geral, possuía os instrumentos mais - simples de arado e capina da terra.

Como o trabalho era familiar e a economia - fundamentalmente de subsistência, não se verificava na pequena propriedade, o antagonismo social básico, en - tre capital e trabalho, presente em qualquer organiza - ção produtiva capitalista, já que nela não se emprega - va trabalho assalariado.

Enfim, as características do pequeno proprie - tário até aqui historicamente demonstradas, permitem - me situar a especificidade de seu processo de trabalho como um processo de trabalho não-capitalista(63).

É preciso agora, indagar sobre o significado e o papel que cumpre o pequeno proprietário, personifi - cando uma relação social não-capitalista de produção,-

(63) - Vide página seguinte.

em uma ordem capitalista, com produção basicamente voltada para o mercado externo.

(63) - Sobre os pressupostos básicos da relação social-capitalista, consulte:

MARX, Karl - Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Engels, criticando o programa do POF em relação ao campesinato francês, caracteriza essa categoria da seguinte forma: "Por pequeno camponês, entendemos aqui o pequeno proprietário ou caseiro - e sobretudo o proprietário - de uma nesga de terra que não é maior do que ele pode cultivar regularmente com a família, nem mais pequena do que é necessária à sua alimentação: portanto, este pequeno camponês como o pequeno artesão, é um trabalhador que se distingue do proletariado moderno por ser ainda possuidor dos seus meios de trabalho, logo, uma sobrevivência de um modo de produção ultrapassado." Conf. ENGELS, Friedrich - A questão Camponesa em França e na Alemanha. Coimbra, Centelha, 1974. p.9.

Utilizei ainda para entendimento do pequeno proprietário até aqui caracterizado, o texto: CARDOSO, C.-Flamarion S. - La brecha campesina en el sistema esclavista. Departamento de Investigações Históricas del Instituto Nacional de Antropología e História. México s/d(mineog.).

CAPÍTULO III

SUBORDINAÇÃO DO CAMPESinATO AO CAPITAL.

No capítulo anterior foi visto, a partir de uma discussão da burguesia cafeeira paulista, que uma das possibilidades de solução para o problema da mão-de-obra junto às fazendas de café, seria através da formação da pequena propriedade. A seguir, esclareceu-se o desenvolvimento do processo que permitiu a instauração das bases concretas para o surgimento desse campesinato. Finalmente, ficou caracterizado o perfil econômico do pequeno proprietário, principalmente as suas relações de trabalho, a forma de produzir, suas relações de troca, etc.

O objetivo desse capítulo será demonstrar a compatibilidade político-econômica entre a economia cafeeira de exportação e o surgimento do campesinato. No que tange à afirmação histórica do sistema, nessa fase de transição da mão-de-obra escrava para a livre, o processo não é linear. O acelerado processo de acumulação de capital verificado na atividade econômica cafeeira, não foi condição suficiente para que igualmente houvesse no mesmo sentido uma ativação generalizada de formas de trabalho assalariadas. Ao contrário, a expansão da economia cafeeira, em alguns momentos, até obstaculizou o desenvolvimento de uma força de trabalho livre e desprovida de suas condições -

objetivas e subjetivas de trabalho. A questão política subjacente, é que para a reprodução do sistema, - não há uma expansão unilateral do proletariado. A - burguesia cafeeira e seus representantes no Estado - promovem a criação de um campesinato como foi constatado anteriormente. A reprodução do sistema através - da criação desse campesinato, coloca ainda uma questão de ordem mais estritamente econômica. As diversas relações estabelecidas entre fazendeiro e pequeno proprietário, interpõem-se como uma das condições para viabilizar a maximização dos lucros da burguesia - cafeeira.

É necessário acentuar que o campesinato é apenas uma das condições de acumulação de capital na economia cafeeira, pois é claro que o mesmo coexistia com outras formas. Não se pode raciocinar por exemplo, que o camponês proprietário elimina a necessidade do colono com contrato de trabalho permanente. Este continuou a ser amplamente necessário na fazenda. Com - sua família adequava a produção de café com a produção de uma parte significativa de seus meios de vida. Recebia então, em dinheiro, pelo trato e colheita do café e pelo trabalho diário em volta das fazendas. A isso somavam-se os salários não-monetários (terra para cultivo e habitação). O chamado contrato de formação, continuava também em vigência simultânea com essas - formas.

Portanto, as referências frequentes e quase únicas ao campesinato decorrem da opção de estudar - mais aprofundadamente essa categoria, principalmente - a partir da sua articulação com a grande propriedade.

1. A QUESTÃO CAMPONESA NA TEORIA DO CAPITALISMO.

Para o encaminhamento da discussão promovida nesse trabalho, é importante que se faça inicialmente referências ainda que rápidas, ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, tal como ocorreu nos casos clássicos ingles e russo.

Na Inglaterra, em fins do século XVIII a categoria do pequeno proprietário que antes era predominante estava em extinção, embora o seu desaparecimento não fosse uniforme por todas as regiões do país. O signo dessas transformações foi o surgimento de leis prescrevendo a divisão, repartição e cercamento dos campos ou "enclosure" que aceleraram-se em fins do século XVIII e inícios do século XIX. Assim, os "open-fields" e os "common-fields" foram paulatinamente desaparecendo. No início, por um processo de açambarcamento puro e simples. Posteriormente os pequenos proprietários passam a ser expulsos dessas terras mediante ação legislativa empreendida pelos grandes proprietários.

Dessa forma, os agricultores deixam de estar submetidos à rotina comum imposta pela estrutura

fundiária anterior. A aplicação de novos métodos, não tropeça mais com os obstáculos dos "open fields", surgindo uma agricultura racional e mais mecanizada dirigida por um novo tipo de proprietário. A agricultura - inglesa atende agora às exigências da subvenção de gêneros de primeira necessidade para um mercado interno - em expansão, contribuindo para o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho e por conseguinte - incrementando a acumulação de capital. A migração contínua dos desapropriados para as cidades faz com que - os menos atingidos pelas "enclosures", em número pequeno, transformem-se nos primeiros manufatureiros, reunindo algum capital. Porém a maioria é desprovida de qualquer capital e lhe resta como opção única transformar-se em força de trabalho nas manufaturas.

Por conseguinte, o domínio do capital sobre a agricultura na Inglaterra faz-se principalmente pela expulsão do pequeno proprietário dos "open fields" - e pela concentração da terra(64).

Em relação ao caso russo, Lenin(65) utilizam

(64) - Conf. MARX, Karl - O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d, livro 1, vol.ii, p. 828-882.

MANTOUX, Paul - La Revolución Industrial en el siglo XVIII. Madrid, Aguilar, 1962. p. 119-172.

(65) - LENIN, V.I. - El desarrollo del capitalismo en Russia. Barcelona, Ariel, 1974.

do principalmente dados dos censos estatísticos dos "zemstvos" levantados por fazenda, estuda o que paralelamente constitui-se na base da formação do mercado interno e da produção capitalista, ou seja, a desintegração do campesinato.

Analisando a maior parte das províncias russas em fins do século XIX, o autor constata uma concentração de terras que através do arrendamento e compra passam das mãos dos grupos inferiores à burguesia agrária. Dessa forma, o regime de relações econômicas no campesinato mostra a existência de todas as contradições inerentes a qualquer economia capitalista: concorrência, luta pela independência econômica, concentração da terra (comprada e tomada em arrendo), concentração da produção em mãos de uma minoria indo a maioria às filas do proletariado e sua exploração através do capital mercantil. Fica claro também no caso russo, que a forma de penetração do capitalismo no campo - ocorre através da concentração da terra e expulsão dos camponeses às filas do proletariado.

Na análise da acumulação primitiva de capital feita por Marx, baseada no capitalismo inglês, - o autor combina dois pontos fundamentais para a elucidação desse processo. Primeiramente, como foi visto, a expropriação do campesinato através do cercamento dos campos foi o mecanismo interno primordial da acumulação primitiva. Este mecanismo interagia-se com a exploração das colônias, com o tráfico de escravos, etc. Lenin segue igualmente essa mesma linha de aná-

lise por julgá-la adequada à especificidade do desenvolvimento do capitalismo russo.

A fidelidade estrita a essas premissas tem levado à aceitação passiva de que desenvolvimento do capitalismo e proletarização caminham sempre juntos - como irmãos siameses. Analistas brasileiros de tradição marxista, igualmente tem manifestado sua fé incondicional na invariabilidade dos modelos clássicos de desenvolvimento do capitalismo. Conforme referência - feita no capítulo anterior, um autor importante da - historiografia brasileira interpretava o surgimento - da pequena propriedade como indício da desagregação - da economia cafeeira(66), num momento em que ela constituía-se no centro-motor da acumulação capitalista - no Brasil. Certamente esse tipo de raciocínio é nutrido pela expectativa de vislumbrar-se aqui a repetição dos caminhos percorridos pelo capitalismo europeu. Se os mesmos passos do capitalismo inglês fossem aqui reproduzidos, seria da maior coerência interpretar o surgimento da pequena propriedade como decadência da economia cafeeira, já que na Inglaterra o desenvolvimento do capitalismo ocorreu com o desaparecimento do camponês e sua transformação em força de trabalho assalariada. Todavia, como não é assim, a nossa especificidade terá que ser repensada, sob pena de verificar-se a reprodução permanente de proposições equivocadas no que tange a formas de intervenção e atuação - em nossa realidade. Já na década de sessenta, Caio -

(66) - GUIMARÃES, Alberto Passos - Op. Cit.

Prado Junior, apontava alguns vícios teóricos da historiografia brasileira, geradores de impasses como o discutido nesse trabalho. Na época, criticando as teses - feudais, esse autor ressaltava as deformações da análise da estrutura social e política brasileira, sempre - baseada na formulação de uma teoria marxista da revolução, marcada por conceitos formulados aprioristicamente, sem a consideração adequada dos fatos(67).

Ao texto lapidar de Marx sobre acumulação - primitiva, discutido no primeiro volume do Capital, - agregam-se outros de igual tradição teórica, que se li- dos de forma linear e generalizante, igualmente contri- buem para o afloramento de equívocos capazes de obsta- rem o efetivo esclarecimento de nossa realidade histó- rica. Lembro aqui, o texto de Engels sobre a questão- camponesa em França e na Alemanha(68). Escrito em - fins do século XIX, a preocupação central do autor cir- cunscrevia-se à formulação de uma crítica ao programa- agrário do Partido Operário Frances, especialmente no que dizia respeito à postura do partido em relação ao- campesinato. O programa, apresentado no Congresso de - Marselha de 1.892, objetivava neutralizar a aliança en- tre camponeses e latifundiários. A aliança acentava-se

(67) - PRADO JUNIOR, Caio - A Revolução Brasileira. - 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

(68) - ENGELS, Friedrich - A Questão Camponesa em Fran- ça e na Alemanha. Coimbra, Centelha, 1.974.

em uma política protecionista, onde o grande latifundiário forjava uma imagem de protetor do pequeno camponês, que era aceita por esse último. Essa circunstância, aliada a um arraigado sentimento de propriedade, impedia o camponês de apoiar a propaganda socialista, transformando-o no mínimo em um adversário passivo da social-democracia. O problema consistia portanto em formular um programa de ação cujo conteúdo fosse capaz de conquistar o apoio do campesinato ao partido.

Engels procura mostrar que os planos imediatistas do partido em relação ao campesinato, querendo conquistá-lo já nas próximas eleições gerais, levam à adoção de pontos contraditórios no programa. Num parágrafo precedente aos pontos do programa, o partido afirma categoricamente que o desenvolvimento do modo de produção capitalista torna inevitável a ruína do pequeno camponês, tornando-o fatalmente condenado a desaparecer. Contraditoriamente, todas as proposições do partido circunscrevem-se a asserções utópicas, alimentando a ilusão de assegurar ao pequeno camponês a sua sobrevivência de forma durável. Isso posto, assevera Engels que não se trata de conquistar imediatamente o pequeno camponês, fazendo promessas que quando muito prorrogariam a sua existência. É preciso conduzi-lo, com exemplo e com ajuda, à transformação de sua propriedade e exploração individual em exploração cooperativa, como único meio de salvar sua propriedade.

Importante é reter nesse texto, algumas posições de seu autor e do Partido Operario Frances, em relação ao campesinato. O partido, apesar das contradições apontadas por Engels, tem a convicção de que o pequeno camponês deixa de existir com o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. Essa incompatibilidade entre capitalismo e existência de um campesinato é também partilhada por Engels em várias passagens do texto. Ao iniciar o trabalho, enfatiza a importância política da questão camponesa, para afirmar posteriormente: "O desenvolvimento da forma capitalista de produção deu o golpe de misericórdia na pequena exploração agrícola. Declina, está irremediavelmente liquidada."(69). A discussão a respeito do campesinato, leva-o a definir essa categoria e apresentar a seguinte conclusão: "portanto, este pequeno camponês como o artesão, é um trabalhador que se distingue do proletariado moderno por ser ainda possuidor dos seus meios de trabalho, logo, uma sobrevivência de um modo de produção ultrapassado."(70). Parece ficar claro aqui, o caráter anômalo conferido por Engels à existência do pequeno camponês, no capitalismo. O finalismo de suas conclusões em relação ao campesinato, é ainda observado em duas outras passagens significativas de seu texto: " Os impostos, as más colheitas, as partilhas, os-

(69) - ENGELS, F. - Op. Cit. p. 6

(70) - Idem, Ibidem, p. 9.

processos conduzem os camponeses uns atrás dos outros - a casa do usurário, a dívida é cada vez mais - considerável para cada um; em breve, o nosso pequeno camponês, como qualquer sobrevivência de uma forma de produção ultrapassada, está irremediavelmente condenado à ruína. É um futuro proletário."(71). Acrescenta mais adiante: "... o dever do nosso partido é explicar incessantemente aos camponeses a sua situação, - que não tem qualquer esperança enquanto o capitalismo se mantiver no poder; mostrar-lhes que é absolutamente impossível conservarem a sua propriedade parcelar - enquanto tal; que é certo que a grande produção capitalista passará por cima de sua pequena exploração, impotente e ultrapassada, como um comboio esmaga um carro de mão. Se agirmos deste modo, agiremos no sentido do inevitável desenvolvimento econômico e esse desenvolvimento mostrará aos pequenos camponeses o acerto de nossas palavras."(72).

Diante de tradição teórica tão forte, aliada à prática de uma adequação apriorística da teoria - à realidade, sem a consideração devida de um embasamento empírico consistente, ficou difícil apreender - as distintas expressões do capital em relação ao camponato, nas suas diferentes manifestações no tempo e no espaço.

A contribuição de Kautsky(73) sobre o estu-

(71) - ENGELS, F. - Op. Cit., p. 11

(72) - Idem, ibidem, p. 31.

(73) - KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária. Porto, Portucalense Editora, 1972. vol. I.

do do campesinato, ocupa também posição relevante, e - as referências a ela são constantes. Sua análise nor teia-se por uma discussão de critério comparativo de rentabilidade entre o pequeno camponês e a grande propriedade. A perspectiva de indagar-se sobre a complementaridade possível através da articulação entre os dois tipos de propriedade, não aparece em seu trabalho como preocupação importante. Provavelmente por isso, - é levado a encarar a pequena propriedade como um obs táculo ao progresso econômico. "...nem a alimenta - ção infra-humana do pequeno camponês nem o trabalho so bre-humano constituem qualquer vantagem da pequena ex ploração. Esses dois factos mostram-nos que a pequena-exploração é um fenómeno económico do passado e ambos-constituem obstáculos ao progresso económico."(74).

Admitida a tese desse autor, o pequeno camponês terá que ser interpretado como uma categoria que obstaculiza o desenvolvimento da contradição entre a apropriação capitalista e a marcha progressiva rumo à socialização das força produtivas que irá desembocar - na superação do modo de produção capitalista. Essa - contradição só desenvolve-se através das forças natu - rais do progresso, que é contida pela sobrevivência do pequeno camponês.

Efetivamente, a produção camponesa tem sido - via de regra considerada como um entrave ao crescimen - to do modo de produção capitalista, contrastando com o vir-a-ser capitalista/socialista da sociedade. Preten - do mostrar que em determinados espaços e situações, a

(74) - KAUTSKY, Karl - Op. Cit. p. 155-156.

produção camponesa expressa o contrário, servindo para realimentar a acumulação de capital.

É preciso salientar ainda, todas as dificuldades, em termos de superação histórica do sistema, - decorrentes da existência do camponês. Tem-se escrito a propósito de seu apego obstinado à terra. Kautsky adverte que "não será pelos que possuem mas sim pelos que não possuem que se fará a passagem à produção cooperativa(vale dizer, socialista), ou seja, só o - proletariado vitorioso poderá tomar a iniciativa da - produção cooperativa e realizar as condições que não-de permitir aos artesãos e aos camponeses passar(não-só idealmente, como hoje, mas de facto) à grande produção por cooperativas."(75).

Marx faz várias referências às contradições históricas do capitalismo e ao agente que liderará a sua superação: "À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam - a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa-

(75) - KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária. Porto, PortucaleNSE Editora, 1972. vol. I, p. 176.

a entrar o modo de produção que floresceu com ele e - sob ele."(76). Num outro texto, tratando da mesma questão, o autor situa as classes sociais que se opõem à - burguesia: as classes médias, incluindo pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos e camponeses, - não são revolucionárias, mas conservadoras e até reacionárias, pois o seu enfrentamento com a burguesia ocorre pelo fato desta ameaçar a sua existência enquanto classe média. O lumpen-proletariado pode ser arrastado pelo proletariado, para uma revolução, embora suas condições de vida predisponha-o sempre à reação. Porém, "só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária."(77).

Este balanço bibliográfico permite a constatação de dois problemas em relação ao campesinato. Primeiro, o campesinato na teoria do capitalismo tem sido analisado como sobrevivência de um modo de produção ultrapassado, como obstaculizador do progresso econômico e por conseguinte atrasador do desenvolvimento e ampliação do capitalismo. Estudando aqui o surgimento de um campesinato na economia cafeeira paulista em fins do século XIX, pretendo mostrar que essa assertiva não pode ser generalizada para todas as manifestações do ca

(76) - MARX, Karl - O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d, Livro 1, vol.II, p. 881.

(77) - _____ - Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. & ENGELS, Friedrich - TEXTOS. São Paulo, Edições Sociais, s/d, vol.III, p.29-30.

pital no tempo e no espaço.

Em segundo lugar, o campesinato é caracterizado como uma categoria que em virtude de ser proprietária e de seu apego obstinado à terra, tende sempre à conservação da ordem ou ao reacionarismo. Embora sendo assim, o processo de produção do conhecimento não poderá ser alimentado apenas por aquilo que o analista gostaria de ver. As situações em que o desenvolvimento do capitalismo é compatível e lógico com o campesinato, - carecem ser analisadas com a preocupação efetiva de entender historicamente essa categoria, mesmo sabendo não ser ela o agente histórico capaz de liderar o processo-revolucionário. Também as necessidades históricas da prática de uma eventual aliança operário-camponesa, requerem um conhecimento efetivo do universo camponês.

2. A PROPÓSITO DO CAMPESINATO NAS ANÁLISES
SOBRE A ECONOMIA CAFEEIRA PAULISTA.

Após esse balanço historiográfico, onde ficou acentado em termos gerais o lugar da questão camponesa na teoria do capitalismo, é necessário agora que se promova uma reflexão sobre a contribuição de alguns cientistas sociais que tem abordado o tema desse trabalho, na economia cafeeira paulista.

Alberto Passos Guimarães, acentua que a pequena propriedade vai surgir principalmente como resultado da decomposição do sistema latifundiário brasileiro. Para esse autor, a desintegração da estrutura latifundiária no Brasil teve início alguns decênios antes da extinção da escravatura, agravando-se um pouco depois com a primeira crise de superprodução da economia cafeeira. Com o latifúndio assim enfraquecido, a pequena propriedade, mediante o desencadeamento de um exacerbado processo de luta de classes, consegue instalar-se em escala nunca antes observada. Afirma então que "a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta,...- o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o

privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores."(78).

Diante das colocações desse autor, é preciso concordar que a expansão da economia cafeeira paulista e a abertura sucessiva de frentes pioneiras, era sempre precedida pela deflagração de luta dos proprietários que ali se instalavam contra os primitivos habitantes da região. Trabalhos clássicos e outros mais recentes da historiografia brasileira(79), tem registrado a matança de índios e posseiros, as ameaças e danos às plantações de pequenos proprietários localizados nessa região, enfim, seu extermínio ou expulsão violenta, à medida em que vão se abrindo novas frentes de expansão.

Entretanto, o contingente de pequenos proprietários que se instalam nas proximidades da grande fazenda, principalmente após a primeira crise de superprodução, que é objeto de estudo desse trabalho, nasce sob o signo de outras circunstâncias históricas.

(78) - GUIMARÃES, A.P. - Quatro Séculos de Latifúndio. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d, p.151.

(79) - Vide: MOMBIG, Pierre - Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris, A. Colin, 1.952.

DEAN, Warren - Rio Claro; Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1.820-1.920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LIMA, João Francisco Tidei - A Ocupação da Terra e a Destruição dos Índios na Região de Bauru. (Tese Mestr. Fac.Fil.Letras e Ciências Humanas, USP, 1978).

Não se travou aqui nenhuma luta entre a burguesia cafeeira paulista e pequenos proprietários já constituídos. Ao contrário, a pequena propriedade foi uma discussão-promovida pela burguesia cafeeira, foi um projeto dessa fração da classe dominante brasileira, executado - com o propósito de atender a seus interesses conforme já foi demonstrado no capítulo anterior e o será ainda mais, no decorrer desse capítulo. Portanto, ao contrário do que coloca Guimarães, o surgimento da pequena - propriedade neste momento histórico, está longe de constituir-se em uma luta vitoriosa da população sem terra, sobre a burguesia cafeeira paulista.

Recentemente tem surgido um grupo de cien - tistas sociais analisando a participação do colono na economia cafeeira paulista, defendendo a perspectiva - da ascensão social do imigrante. Um dos principais - trabalhos que se inscreve nessa linha de abordagem, é - o de Thomas H. Holloway(80). Esse autor analisa os - problemas da mão-de-obra na atividade cafeeira de São-Paulo em dois níveis: primeiramente tenta estimar as condições de oferta e demanda de trabalho no setor cafeeiro. Em segundo lugar, analisa detalhadamente o sis

(80) - HOLLOWAY, Thomas H. - Condições do mercado de - trabalho e organização do trabalho nas plantações na - economia cafeeira de São Paulo, 1.885-1.915: Uma análise preliminar. In: Estudos Econômicos. São Paulo, - v.2, nº6, 1972. p.145-180.

tema de organização do trabalho adotado em São Paulo, - objetivando especificar a contribuição desse sistema - ao desenvolvimento da economia cafeeira. Sua principal hipótese é a de que o trabalho livre proporcionava aos imigrantes um padrão de incentivos econômicos positivos provindo de salários monetários e não monetários - de várias fontes. Assim sendo, o trabalhador conseguia acumular uma poupança que permitiu a um grande número de imigrantes a realização de seu desejo de tornar-se proprietário, proporcionando assim a sua ascensão social.

Nessa mesma linha de abordagem, situam-se os trabalhos de Bassanezi(81) e Diana Leal(82). A primeira autora constrói seu argumento baseando-se no fato - de que não contando com despesas de aluguel e alimentação, muitos conseguiram sua ascensão social através do espírito de economia e trabalho árduo. Dessa forma conclui que "de um modo geral, o estrangeiro procurava - de todas as maneiras sair de sua precária condição de assalariado rural envidando esforços para adquirir -

(81) - BASSANEZI, Maria S.C. Beozzo - Fazenda Santa Gertrudes; uma abordagem quantitativa das relações de trabalho, em uma propriedade rural paulista, 1895-1930. (Tese Dout. Fac. Fil. Ciências e Letras de Rio Claro, - 1973).

(82) - DINIZ, Diana M. de F. Leal - Rio Claro e o Café; Desenvolvimento, Apogeu e Crise, 1.850-1.900. (Tese Dout. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro). Rio Claro, 1.973.

bens e ascender economicamente, o que só conseguia através de um trabalho árduo, espírito de economia e a união de todos os membros da família, o que lhes permitia alcançar o fim almejado. Por esse caminho, muitos conseguiram estabelecerem-se por conta própria e não raro se tornaram grandes fazendeiros, comerciantes e industriais."(83).

Diana Leal Diniz, constatando em Rio Claro a existência de inúmeros pequenos proprietários estrangeiros, em fins do século XIX, no Município de Rio Claro, afirma: "Embora pequenas, essas lavouras revelam uma ascensão social dos imigrantes que se dedicaram ao café: não eram mais colonos e sim, proprietários. Tentando por todos os meios, sair daquela precária situação, os estrangeiros não poupavam esforços para adquirir bens e mudar de condição de vida."(84).

Efetivamente, entender a transformação do colono em pequeno proprietário no interior da configuração histórica aqui analisada, como ascensão social, é acima de tudo não entender uma das leis mais elementares da formação do capital. Ou seja, o colono, através da prestação de um "trabalho árduo", isto é, vendendo sua força de trabalho, realmente gera capital que poderia promover sua ascensão social. Entretanto, o capital gerado, é óbvio, fica de posse da burguesia cafeeira. O colono recebe apenas o salário, provindo de fon-

(83) - BASSANEZI, Op. Cit. p. 218.

(84) - DINIZ, Diana - Op. cit. p. 65-66.

tes monetárias e não monetárias, que garante a reprodução da sua força de trabalho e a de sua família. Enfim, repetindo o óbvio, numa ordem social já nascida sob o signo do capital, não é possível a ascensão social em escala significativa, (85) por parte de trabalhadores cuja única opção de sobrevivência é vender sua força de trabalho. Todavia, conforme foi visto no capítulo anterior, houve a transformação de uma quantidade significativa de colonos em pequenos proprietários. Mas a simples aquisição de um pequeno lote de terra por parte do colono, não pode ser caracterizada como um fenômeno de ascensão social. Aliás, ascensão social era a ilusão vivida pelo próprio colono transformado em pequeno proprietário, conforme será mais adiante melhor explicitado. Ascensão social era ainda um conceito manipulado pela própria burguesia cafeeira paulista, quando ao defender seu projeto de instalação de peque-

(85) - Repito: não é possível a ascensão social do imigrante (trabalhador das fazendas, sem capital) em escala significativa. Isso não quer dizer entretanto que não se possa registrar alguns casos de ascensão social. Ianni, embora sem nenhuma comprovação documental afirma que "Algumas vezes, o colono das fazendas de café transforma-se em artesão e depois em industrial." In: IANNI, Octavio - "O progresso econômico e o trabalhador livre." - HOLANDA, Sergio Buarque de (org) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1.969. Tomo II, volume 3º - (297-319), p. 311.

na propriedade, jogava demagogicamente com conceitos - vagos como o de felicidade ao afirmar que "os pequenos estabelecimentos, a classe numerosa de pequenos proprietários são os que dão a medida da felicidade de um povo, tornando-o energico, trabalhador, inteligente e rico."(86). O conceito de ascensão social do pequeno proprietário era ainda manipulado pela burguesia cafeeira quando esta afirmava através de um seu representante, que na qualidade de proprietário de um lote de terra, o colono participaria da "direcção do paiz" e da "missão intellectual" a ele reservada(87).

Portanto, é preciso desmistificar a idéia de ascensão social do colono que se transforma em pequeno proprietário. O caminho aqui proposto para chegar-se à consecussão desse objetivo, é o desvendamento detalhado do papel que cumpre o pequeno proprietário, sobrevivendo em uma ordem capitalista, com produção basicamente voltada para o mercado externo. É preciso detalhar o teor das relações que passam a ser estabelecidas entre a burguesia cafeeira latifundiária e a pequena propriedade.

Deve ser ressaltada aqui todavia, a contri - buição de pelo menos dois trabalhos que procuram desenvolver um esforço crítico no sentido de revisar as co -

(86) - ROCEIRO - Questões Agrícolas, Gazeta de Campinas. 10/4/1.870, nº 47, p.2.

(87) - BOTELHO, Carlos - Op. Cit. p. 10.

locações segundo as quais o sistema de colonato teria - proporcionado ao imigrante, condições para sua ascensão social.

O primeiro deles, o de Warren Dean(88)tendo - como referencial básico o Município de Rio Claro no pe- ríodo de 1.870 a 1.920, procura descrever as possibili- dades com que contavam colonos, camaradas e outros tra- balhadores rurais de tornarem-se sitiantes no interior- do sistema de grande propriedade e exportação monoculto- ra de café. Para Dean, as possibilidades de ascensão so- cial estavam circunscritas à viabilidade ou não desses- trabalhadores economizarem e aplicarem seu capital num- negócio rendoso. Esse autor discute tres possibilidades de aplicação de suas economias que poderiam promover - sua ascensão social: a compra de propriedades urbanas, a remessa de suas economias para o exterior e a compra- de uma pequena propriedade rural. Conclui então que não foi possível ao colono a inversão de suas economias em nenhum desses negócios. Em relação à compra de uma pe- quena propriedade, que é o que mais interessa discutir- aqui, Dean argumenta que a compra de um sítio por exem- plo, de tamanho adequado à subsistência de uma família- com seis trabalhadores(40 hares) era impossível de ser- adquirido por um colono, uma vez que o seu custo repre-

(88) - DEAN, Warren - A pequena propriedade dentro do - complexo cafeeiro: sitiantes no Município de Rio Claro, 1.870-1.920. In: Revista de História, vol. LIII, nº - 106, ano XXVII, 1976, São Paulo, p. 487-494.

sentava uma quantia doze vezes maior do que o salário-familiar médio desse tipo de trabalhador.

Embora o trabalho de Warren Dean seja uma análise voltada apenas para o município de Rio Claro, é difícil aceitar suas conclusões a partir dos dados que apresenta. Esse autor argumenta a impossibilidade de aquisição da pequena propriedade por parte do colono a partir do preço da terra. Ou seja, um sítio de 40 hares, equivalente a 16 alqueires é avaliado em 6.000\$000 réis, custando portanto o preço por alqueire, por volta de 500\$000 réis. É necessário adicionar que o preço da terra variava muito, dependendo da localização do imóvel, da existência ou não de rios, de matas e da qualidade da terra. No Recenseamento Agrícola de 1.905(89) constata-se a existência de pelo menos dez qualidades de terra, dentre as quais a terra roxa, salmorão, massapé, arenosa, terra branca, barrenta, vermelha, misturada, catanduva, etc. Portanto, é impossível, raciocinar a partir de um preço fixo da terra. Pode constatar por exemplo, que mais ou menos nessa mesma época, no Município de Campinas, vivendo ainda seu período de prosperidade em termos de economia cafeeira, as fazendas "Pedra Branca" e "São João das Pedras" fo

(89) - Estatística Agrícola e Zootécnica de Campinas no ano Agrícola de 1.904-1905. São Paulo, Typografia Brazil - Carlos Gerke & Rothschild, 1.907.

ram avaliadas em 250\$000 por alqueire(90), metade portanto da avaliação feita por Dean. Além disso, conforme ficou demonstrado no capítulo anterior, o tamanho da propriedade adquirida pelo colono, era via de regra menor do que a dimensão do lote a que Dean faz referência(16 alqueires). Os lotes variavam entre cinco e dez alqueires, de acordo com o loteamento feito pela Cia.-Prado Chaves para a venda a colonos. Cabe lembrar ainda que aos colonos nunca eram reservadas as melhores terras, o que baratearia o preço do lote, além dos mesmos serem vendidos a prazo. Enfim, a política da pequena propriedade, era um projeto da burguesia cafeeira paulista, e diante disso ela procurava acima de tudo - facilitar o acesso do imigrante à terra.

Entretanto, mais importante do que discutir os dados de Dean, é desvendar a forma como esse autor encaminha sua argumentação no sentido de negar a ascensão social do imigrante, afirmada por determinadas correntes da historiografia. O principal argumento de Dean, é de que o imigrante não conseguiu promover sua ascensão social, por não ter conseguido poupar o suficiente para tornar-se pequeno proprietário. Assim sendo, está implícito em sua tese que ser pequeno proprietário é o mesmo que ter conseguido ascender socialmente. Essa conclusão diverge das colocações centrais de meu trabalho que, estudando as relações entre grande propriedade cafeeira e pequena propriedade, procura mostrar que a pequena propriedade não significou ascen

(90) - Juízo de Direito e do Com. da 1ª vara da Comarca de Campinas. Campinas, 7/11/1.902. Auto de Avaliação da Fazenda Pedra Branca.

Idem, 2ª vara da Comarca de Campinas, 19/11/1902, Auto de Avaliação da Fazenda São João das Pedras.

são social do colono, mas fundamentalmente um recurso de potencialização da acumulação de capital da economia cafeeira paulista.

O segundo trabalho que se inscreve numa perspectiva de crítica às afirmações de que a pequena propriedade teria proporcionado ascensão social ao imigrante, é o de José de Souza Martins(91). O desenvolvimento desse trabalho tem como suporte empírico básico, o núcleo colonial de São Caetano, desde a sua formação em 1.877 até a primeira década do século XX. A tese decorre no sentido de discutir que a formação de núcleos coloniais dos do tipo de São Caetano significou sobretudo, recurso de recomposição do capitalismo periférico. A formação de um capesinato através de núcleos oficiais constituiu-se exclusivamente para que a grande lavoura dele retirasse o que lhe interessava para continuar se reproduzindo enquanto setor econômico central do sistema: a força de trabalho. Um dos encaminhamentos dados pelo Estado ao problema da mão-de-obra, foi a formulação de uma política de imigração com base na formação de núcleos coloniais italianos. Os lotes eram distribuídos aos imigrantes e pagos ao Estado por estes, mediante o seu trabalho persistente. Assim o Estado satisfazia a ambição do imigrante de ser proprietário. Entretanto, Martins conclui que, em virtude de razões históricas peculiares, a condição de

(91) - MARTINS, José de Souza - A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.

proprietário do imigrante, e o seu trabalho persistente, estão ligados não à sua ascensão social, mas ao seu empobrecimento contínuo. Enfim, conforme conclusões desse autor, "o núcleo colonial transparece assim, com sua feição derradeira e básica: aglomerado de membros do exército de reserva constituído primordialmente, em função da grande lavoura, mas secundariamente - referido também a outros setores gerados por ela."(92).

Esta é a contribuição mais relevante para o estudo do tema aqui proposto. É esta portanto, a análise que mais se aproxima dos caminhos que pretendo desvendar. Estudando o núcleo colonial de São Caetano e usando uma farta documentação, José de Souza Martins conseguiu apreender com singular acuidade o cotidiano dos colonos do referido núcleo e acompanhar a sua situação contraditória, onde a condição de proprietário-direcionava-o progressivamente a um processo de pauperização contínua.

A familiaridade que pude obter, através do uso de documentação variada, com certos detalhes técnicos do cultivo, trato e beneficiamento do café, bem como o estudo acurado das várias formas de articulação entre grande e pequena propriedade, permitiram-me deslindar os interesses econômicos e políticos envolvidos nesse projeto de criação da pequena propriedade, fomentado pela burguesia cafeeira paulista. Permitiram-me sobretudo desenvolver uma reflexão a respeito da incon

(92) - MARTINS, José de Souza - A imigração ..., p.173.

sistência de algumas análises economicistas de determi
nadas correntes, ao detectarem uma linearidade artifi-
cial no interior da particularidade assumida pela mani
festaçoã do capital na economia cafeeira paulista.

3. CONSCIÊNCIA BURGUESA E CONSCIÊNCIA CAMPO
NEGA: A DESARTICULAÇÃO DA PRAXIS NEGADORA DO SISTEMA.

Com o sistema de imigração subsidiada para São Paulo, iniciado nos anos oitenta, e a organização do sistema de colonato, era clara a existência de tensões nas relações entre colono e fazendeiro. O indicador mais concreto da existência de conflitos sociais - nas fazendas de café, eram as próprias precauções e garantias de que se cercavam os fazendeiros. O contingente de capangas mantidos na fazenda era indício de que os fazendeiros tinham consciência dos riscos que estavam correndo, se os colonos dimensionassem a sua força e se organizassem em bases mais amplas. Ao selecionar trabalhadores, alguns fazendeiros procuravam promover contratos de imigrantes de diferentes nacionalidades e regiões, com diferentes dialetos e costumes para que - ficasse reduzida a possibilidade da edificação de um - vínculo de solidariedade entre eles(93). A disciplina - era uma das mais graves preocupações dos fazendeiros.-

(93) - HALL, M.M. & ALIER Verena Martinez - Greve de - Colonos da Primeira República. CEDEC, São Paulo, II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, - 17, 18 e 19 de maio de 1.979.

Cotidianamente, o fazendeiro e o seu corpo de auxiliares, usavam a autoridade para manter a "ordem" e a "paz" entre os colonos no interior da propriedade(94). Entretanto, em caso de greves contava com a pronta disponibilidade da polícia e da força pública(95). Assim, as greves existiram durante todo o período aqui analisado, sendo entremeadas por ações de violência individual que muito atemorizavam os proprietários, como o assassinato e esquartejamento do fazendeiro Francisco Augusto Almeida Prado, no interior de sua própria fazenda em 1.901(96).

Os representantes da classe dirigente colocavam com clareza a existência de um conflito inevitável e permanente entre capital e trabalho, no interior das relações sociais vigentes. Carlos Botelho, um defensor entusiasta da pequena propriedade, já referido anteriormente, após expor as várias vantagens econômicas decorrentes da adoção dessa forma de colonização, aponta uma questão nodal justificadora de seu ponto de vista. No sistema de colonato então vigente, estava "de um lado só o proprietário, do outro só o operário. A ligação intelectual, que os devia unir desaparece in totum; o afastamento, a repulsa recíproca caracteri

(94) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 186.

(95) - HALL, M.M. & ALIER - Op. Cit. p.4

(96) - Idem, Ibidem. Sobre greve de colonos consultar ainda: Denis, Pierre, Op. Cit. p. 187.

zam os laços de um contracto que prevê a união temporária." Posteriormente acrescenta: " a mesma repulsa, o mesmo afastamento hoje observados, entre o braço e o proprietário cafeeiro, existirão entre o novo proletário e os governos do paiz." (97). Esse antagonismo entre capital e trabalho apontado pelo autor só seria resolvido, segundo ele, se ao imigrante fosse conferido espaço para atuar na "direcção do paiz." A ele devia ser reservado uma parte da "missão intellectual" a que tinha direito. E isso seria possível transformando-o em pequeno proprietário (98).

É interessante buscar um certo aprofundamento na idéia desse autor. Realmente as relações de trabalho vigentes no sistema de colonato estavam marcadas por todas as características de uma organização produtiva capitalista. Havia no interior das relações de trabalho uma função diretiva clara expressando a articulação de um plano, para garantir a estabilidade do organismo social e a integração dos trabalhadores cooperados com vistas à produção de mercadorias (99). A direção despótica do capital nas fazendas de café era personificada principalmente nas figuras do administrador e dos feitores. Ao administrador cabia coordenar-

(97) - BOTELHO, Carlos - op. Cit. p. 10.

(98) - Idem, Ibidem.

(99) - MARX, Karl - O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d. livro 1, vol. 1, p. 370-385.

e supervisionar todas as atividades do estabelecimento, administrar os investimentos de capital, incluindo força de trabalho. Os feitores supervisionavam e dirigiam grupos de trabalhadores, transmitiam a eles as ordens do administrador, tocavam os sinos anunciando o início e o término da jornada de trabalho. Sua vigilância intensificava-se principalmente no período da colheita, - para que o desejo do colono de ganhar mais, não o apressasse na tarefa a ponto de executar um serviço mal feito e prejudicial ao cafeeiro(100).

Alem dessas normas de controle sobre o processo de trabalho, emanavam ainda da função diretiva do capital, normas de repressão sobre a força de trabalho. A função diretiva é função de um grupo social no poder e, por conseguinte, executa o papel de exploração no processo de trabalho. O controle do capitalista sobre os cooperados é condição fundamental para apropriação do produto e da maior quantidade de mais-valia possível. - Para tanto, é fundamental que a direção autoritária do capital atue no sentido de reprimir o comportamento de resistência da força de trabalho, provocado pelo inevitável antagonismo social entre explorador e explorado.

O problema disciplinar, e as greves promovidas entre colonos exigiam uma firme intervenção dos administradores e feitores no sentido de reprimir esses

(100) - BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo - Fazenda Santa Gertrudes; uma abordagem quantitativa das relações de trabalho, em uma propriedade rural paulista(1895-1930) (Tese Dout. Fac. Fil. C. e Letras de Rio Claro, 1973) - p. 118-119.

antagonismos sociais. Isso criou sempre uma situação de tensão entre trabalhadores e o corpo diretivo. Ao administrador era canalizada toda a animosidade do trabalhador. Seu desprestígio entre os trabalhadores evidenciava-se nas estórias inventadas pelos colonos, onde ele aparecia como o "badalador dos patrões". Da mesma forma os feitores não eram bem vistos entre os trabalhadores(101).

Em virtude da importante função diretiva desempenhada por esses elementos, tão necessários ao funcionamento da organização produtiva, eram eles muito valorizados pelos fazendeiros. Prova disso está na boa remuneração que recebiam. As despesas com a função de comando do processo produtivo, despendidas pelos fazendeiros em relação aos administradores, por exemplo, eram bastante grandes. Um administrador da fazenda Santa Gertrudes em Rio Claro, em inícios do século XX, recebia além de alto salário, a gratificação anual proporcional à produção da fazenda, recompensas extras, além de alimentação e moradia(102).

Conforme Carlos Botelho, o colono não participa da "d direcção do paiz" e nem é a ele reservado uma parte da "missão intellectual" a que tem direito. Por isso os antagonismos entre "de um lado só o proprietário , do outro só o operário", são permanentes.

(101) - BASSANEZI - Op. Cit. p. 119 e 121.

(102) - Idem, p. 210.

Constatou-se que (e isso é comum a toda organização produtiva capitalista) o colono é aliado das decisões que presidem a formulação de normas no processo de trabalho, sendo essas, função da direção autoritária do capital. Portanto, a sua situação de subordinação em relação aos processos de decisão, coloca-o numa situação de alienação em relação ao processo de trabalho. A alienação do trabalho se contrapõe à sua "missão intelectual". Ou seja, o colono não tem nenhuma "missão intelectual" a cumprir, desde que inserido num processo de trabalho onde deixa de pertencer a si mesmo para pertencer ao capital.

Para Carlos Botelho, a participação do colono imigrante na "direcção do paiz" seria possível - através de sua condição de proprietário, isto é, dirigiria sua própria propriedade. Dirigir sua propriedade significaria autonomia e controle sobre seu próprio processo de trabalho. Esse autor deixa claro, durante toda a exposição de seu trabalho, o óbvio, ou seja, a pequena propriedade não seria criada com o propósito - apenas da reprodução do homem pelo homem, nem com a intenção de transformar o colono em capitalista. Mas - ela cumpriria o papel de contribuir para a reprodução e ampliação do capitalismo na economia cafeeira paulista. Entretanto, revela um nível de consciência histórica singular, vislumbrando a resolução dos conflitos entre fazendeiro e colono através da pequena propriedade. Com efeito, embora a subordinação do trabalho do -

colono pequeno proprietário ao capital fosse uma realidade ineludível, a sua condição de proprietário forjava uma representação de sua existência que era necessariamente ilusória e aparente. Veja-se que enquanto - proprietário, o colono assumirá as funções do controle sobre o processo de trabalho, que antes na condição de trabalhador da fazenda, era delegado ao administrador e ao feitor. Isso permitia-lhe comparar a sua submissão ao corpo diretivo da fazenda enquanto trabalhando sob o regime de colonato, e reviver toda a animosidade alimentada contra os feitores e administradores, vivenciada no cotidiano da fazenda e principalmente nos momentos críticos de antagonismo. Essa circunstância fazia-o certamente, valorizar a sua condição de proprietário e a sua autonomia sobre o trabalho.

A documentação compulsada não me permitiu - surpreender nenhuma fala do pequeno proprietário nesse sentido. Entretanto, é possível ilustrar essa situação com o atual núcleo colonial camponês localizado na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul. - Trata-se de colonos da "fração" São Pedro do núcleo colonial do Município de Bento Gonçalves. Embora sendo camponeses integrantes do atual processo econômico brasileiro, a sua situação é na verdade a mesma do camponato da economia cafeeira paulista, resguardadas as devidas especificidades de cada caso. Os colonos da "fração" São Pedro, são também pequenos proprietários-vivenciando um processo de trabalho não especificamen-

te capitalista, reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista e subordinado ao capital industrial e financeiro. Todavia, apesar de sua condição - de pequeno proprietário subordinado ao capital, vive inteiramente a ilusão da independência, conforme seu próprio discurso: "Pra mim é uma grande coisa, tô achando, tê um pedaço de terra. Porque a gente tê terra qué dizê que a gente non pode dependê muito dos outros. Porque quando eu tenho a terra eu faço por mim mesmo, - né. Non tendo a terra, a gente tem de andá debaixo de dono, né. Qué dizê, assim eu sô dono, né. E assim tô vivendo na terra; se non tivesse a terra non posso sustentar a família. Só empregado é brabo, porque com salário a gente non pode vivê bem. E assim vô me criando eu, a família junto, no terreno. É uma grande coisa pra mim - tê meu terreno. Tivesse mais, melhor ainda."(103).

Dessa forma, sem dúvida, a pequena propriedade significaria a desarticulação de um potencial negador na prática política do colono, em relação ao sistema de exploração vigente, como aliás já havia notado - com muita pertinência, um dos organizadores da política de implantação do campesinato.

(103) - SANTOS, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978. p. 136-137.

4. O TRABALHO ACESSÓRIO CAMPONÊS NA DINÂMICA
DA ACUMULAÇÃO CAFEIEIRA.

O período da colheita era o mais movimentado da fazenda, exigindo grande quantidade de mão-de-obra incluindo homens, mulheres e crianças. Era a rigor a época do ano em que a demanda de mão-de-obra era maior, sendo mobilizado todo o contingente da fazenda. O momento crítico durante o qual devia realizar-se a colheita estava circunscrito a um espaço temporal de aproximadamente cinco meses. A colheita iniciava-se em começos de maio, época da formação completa das favas provenientes da última florada, e deveria terminar em fins de setembro.

Embora em várias etapas do beneficiamento do café, as operações fossem progressivamente mecanizando-se a partir de 1.870, o problema da colheita permanecia ainda sem solução. As operações continuavam inteiramente manuais embora os agrônomos de São Paulo, esforçassem-se por descobrir métodos de mecanizar a colheita(104).

(104) - CARVALHO, C.M. Delgado de - Op. Cit. p. 153-169.

Assim, o próprio poder de barganha dos colonos aumentava no período da colheita em virtude da maior quantidade de trabalhadores reunidos para desempenhar a mesma-tarefa e em decorrência de estarem conscientes de que-a sorte do fazendeiro dependia do fato da colheita ser realizada no espaço de tempo a ela prescrito, sob pena de verificar-se grande prejuízo. Isso esclarece o fato da maioria das greves de colonos ser realizada durante a colheita.

Um dos objetivos mais importantes da burguesia cafeeira ao planejar e executar uma política de criação do campesinato, parece circunscrever-se ao aproveitamento temporário dessa mão-de-obra durante a colheita. Certamente assim pensava o "Lavrador" ao discutir a localização mais adequada do pequeno proprietário: " O colono... tornou-se lavrador prático, e obteve pecúlio para ser proprietário ditoso na pequena lavoura, não no sertão que a ninguém convém, mas sim entre os fazendeiros...(105). Delgado de Carvalho, discorrendo sobre os problemas da cultura cafeeira em inícios do século XX, coloca explicitamente essa idéia: "É a colheita do café que demonstra mais eloquentemente esta grande necessidade dos Paulistas de formar colônias, centros de trabalhadores, onde, arraigados enfim ao solo paulista, constituirão os viveiros onde os "fazendeiros" encontrarão na época requerida, os trabalhadores."(106).

(105) - LAVRADOR - Questões Agrícolas. Gazeta de Campinas. 24/4/1.870, p.2, nº50

(106) - CARVALHO, Delgado de - Op. Cit. p. 160.

Carlos Botelho direcionou de tal forma seu raciocínio no sentido de ressaltar a importancia do pequeno proprietário durante a colheita, que chega a definí-lo como sinônimo de "colhedor". Discutindo a questão do envio de parte dos ganhos do colono para o seu país de origem e os prejuízos que isso acarretava, afirma: " O capital dispendido com o colhedor, em lugar de ir beneficiar ao paiz estrangeiro, como faz hoje, será aplicado na valorização da pequena propriedade, para que - mais indissolúvel se torne a união da terra com quem a réga com o affeioado labor de dono."(107). Pierre Denis, faz referência à ação oficial do governo entre os pequenos proprietários no sentido de desenvolver - entre eles o hábito de empregarem-se temporariamente - durante a colheita, até que com o tempo dispusessem-se a isso voluntariamente. Para tanto estimulava-os para que se transformassem temporariamente em colhedores, - principalmente oferecendo condução gratuita de sua propriedade até a fazenda onde fossem contratados(108).

O emprego da mão-de-obra temporária do pequeno proprietário nas fazendas de café contribuía de várias formas para a potencialização da acumulação de capital na economia cafeeira. Para a realização da colhei

(107) - BOTELHO, Carlos - op. Cit. p. 14.

(108) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 222.

ta(109) de forma racional e bem cuidada, seria preciso contar nesse período com uma quantidade de mão-de-obra tão numerosa, que, a ser adotado apenas o sistema anterior de exploração da força de trabalho, (colonato - vinculado permanentemente à fazenda) haveria sempre, - nas outras etapas da produção, uma porção expressiva - de mão-de-obra ociosa. Por isso, para a colheita, uma das mais importantes fases da produção, eram frequentemente adotados métodos bastante obsoletos, mas que de mandavam uma quantia de mão-de-obra menor. Isso trazia substanciais prejuízos em termos da qualidade do produto e, por conseguinte, em termos das possibilidades de preços no mercado.

Por exemplo, havia dois métodos usuais de colheita do café: a chamada colheita na terra e a colheita no lençol. O último método consistia em estender uma lona em meio círculo em torno de cada pé de café. Elevava-se então as bordas da lona, promovendo cuidadosamente a seguir a queda do café sobre o tecido. Porém com a quantidade de mão-de-obra geralmente disponível a colheita tornava-se de tal forma demorada, que

(109) - Sobre os métodos de realização da colheita, - consultar principalmente:

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. O Brasil. Suas Riquezas - Naturais. Suas Indústrias. Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia., 1908. vol.II. Industria Agrícola. 470p. p. - 54-70.

COUTY, Louis - Étude de Biologie Industrielle sur le - café. Rapport adressé à M. le Directeur de l'École Polytechnique. Rio de Janeiro, Imprimerie du "Messager du Brésil", 1883. p. 32-37.

LAERNE, C.F.Van Delden - Op. Cit. 263-272.

o trabalho, a ser terminado em setembro, frequentemente prolongava-se por dois ou mais meses. Ora, isso era tempo suficiente para que uma boa parte dos grãos a serem colhidos, caíssem ao chão permanecendo várias semanas recebendo umidade, começando a germinar e até apodrecendo. Portanto, boa parte da colheita perecia. A partir dessa constatação, um viajante e especialista em biologia industrial, tentando buscar as causas da crise da economia cafeeira no interior da própria fazenda, lamentava: " No estado atual da mão-de-obra, é infelizmente impossível evitar completamente a colheita direta sobre a terra." (110). Esse método, expunha o café à mistura com a terra, folhas, ciscos e fragmentos de madeira. Apesar de ser levado a efeito com uma quantidade menor de mão-de-obra, o seu preço no mercado era inferior em cerca de mil a dois mil réis por arroba.

Alguns fazendeiros como M. Belisário de Souza, tentavam uma diversificação de culturas no interior de sua fazenda, com o objetivo principal de reter a mão-de-obra ocupada durante todo o ano e remanejá-la inteiramente para o café durante o período da colheita. Entretanto a maioria recuava diante dessa tentativa, por não achar compensador desviar-se de seu objetivo -

(110) - COUTY, Louis - Étude sur la biologie industrielle...p.34.

principal, a produção de café, que proporcionava lucros consideráveis.

Diante dos problemas específicos acarretados com a escassez de mão-de-obra era natural que os fazendeiros depositassem fundadas esperanças de usar métodos mais aperfeiçoados de colher café, assalariando nesses períodos críticos, a força de trabalho das pequenas propriedades que circundassem as fazendas.

Os métodos de preparação do café tinham também implicações diretas com a disponibilidade de mão-de-obra e o tempo de duração da colheita. Na fazenda, dispunha-se de duas possibilidades de preparação do café para a venda: a via seca e a via húmida. O preparo do café através da via seca consistia em fazer secar naturalmente o café sobre os terreiros. Dependendo das condições do café e da temperatura, ao cabo de uma a três semanas o fruto encontrava-se já seco, duro e negro, - agitando-se no interior de seu envoltório. Estava pronto para ser ventilado, peneirado e posteriormente ser submetido à ação do descaroçador. Por esse processo a colheita durava cerca de cinco meses, pois o café só é colhido no pé, quando vai perdendo sua coloração avermelhada, tornando-se negro. E esse processo de maturação começa em inícios de maio, prolongando-se até fins de setembro.

Pela via húmida entretanto, o café é tratado enquanto os frutos estão frescos, ou seja, logo que assume a coloração avermelhada. O fruto ainda enquanto fres

co é submetido a uma masceração, ou seja, mergulhado na água até que o mesmo liberte-se do envoltório. A operação de despulpamento é auxiliada com máquinas especiais de cilindro ou disco. A operação de lavagem repete-se outras vezes e finalmente o café é levado a secar nos terreiros. O método húmido oferece várias vantagens, dentre as quais a produção de um café de melhor aspecto e coloração mais consistente, o que contribuiria para que alcançasse os melhores preços no mercado. Entretanto, a grande vantagem da aplicação desse método é que ele reduz excepcionalmente o tempo de duração da colheita. Um cronista francês, analisando essas duas vias de preparação do café afirma que "... se todos os cafés fossem trabalhados em São Paulo, pelo método húmido, a colheita deveria estar terminada em junho. Ela demoraria desta feita, dois meses ao invés de cinco e exigiria, por conseguinte, um número quase tres vezes maior de colhedores, já numerosos no momento da colheita. Seria todavia impossível dispor de uma mão-de-obra tão considerável."(111).

Ora, nessa perspectiva as vantagens seriam não apenas decorrentes da produção de um café de melhor qualidade, alcançando a melhor cotação. A realização do produto no mercado ocorreria cerca de tres meses antes-

(111) - LALIERE, A. - Le Café dans l'État de Saint-Paul (Brésil). Paris, Augustin Challamel Éditeur, 1.909. - p. 164-165.

do que se verificava em circunstâncias normais. O retorno de parte da mais-valia que seria reinvertida no processo produtivo com tal decurso de antecipação, efetivamente viria a dinamizar sobremaneira a acumulação de capital na economia cafeeira.

É possível supor que nos primeiros anos do século XX, a pequena propriedade, cumprindo o importante papel de oferecer mão-de-obra temporária à grande lavoura, já estivesse possibilitando a adoção do método húmido em escala significativa no Estado de São Paulo. Lalière, escrevendo nessa época, observava que 30% dos cafés do Estado de São Paulo já eram preparados pelo método húmido(112).

Até a década de setenta do século passado, o beneficiamento do café obedecia quase sempre a processos muito rudimentares. O pilão, fabricado artesanalmente no interior da própria unidade produtiva, era a peça usada para socar café. Essa operação era feita portanto à mão e em pequena quantidade de cada vez, o que demandava muita mão-de-obra para produção de um café de má qualidade. Em determinadas fazendas, os pilões a braço haviam desaparecido, dando lugar aos pilões movidos a força hidráulica ou força animal. Mais recomendado que os pilões, eram os carretões(ribas ou ripes) de rodas verticais, por não produzirem tanto pó, nem quebrarem excessivamente os grãos. Porém a grande ino-

(112) - LALIÈRE, A. - Le café dans... p. 165.

vação até a década de setenta, era um aparelho existente na colônia Ibicaba que consistia em dois moinhos, - alguns pequenos pilões brunidores e ventiladores, tudo acionado pelo mesmo motor(113).

Mas a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre e a rápida disseminação das plantações de café por todo o Estado de São Paulo, promovem o desaparecimento progressivo desses métodos arcaicos. As operações de beneficiamento, que constituem uma parte importante da produção, começam a mecanizar-se. A mecanização de parte da produção traz uma série de benefícios. A nível da unidade produtiva cafeeira, conseguia-se não só uma redução apreciável do contingente de mão-de-obra ocupada, mas também uma melhoria do produto e a obtenção de preços mais elevados, - conforme constata Pierre Monbeig: "O metal e o vapor - triunfaram sobre a madeira e a água... Sua produção(a dos fazendeiros que empregavam máquinas modernas) tem venda mais fácil e preço melhor. Os intermediários e os exportadores, com efeito, podem negociar com mais -

(113) - Sobre os métodos primitivos de beneficiar café, consultar:

RAMOS, Augusto - Máquinas Primitivas para beneficiar café. In: O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. do Dep. Nacional do Café, 1934. (vários autores). p. 75-77

TAUNAY, A. de E. - História do Café no Brasil; no Brasil Imperial, 1872-1889. Rio de Janeiro, Ed. - Dep. Nac. Café, 1939. vol. 7, tomo V. 480p. p.225-241.

segurança as diferentes qualidades de café classifica- dos automaticamente. Eles recebem uma mercadoria per - feitamente seca e que não corre o risco de se estragar durante o transporte. Assim, os cafés tratados pelo se- cador Taunay-Silva Telles obtém preços superiores em - um terço aos de outros tipos. Do mesmo modo, os grãos- passados pelas máquinas Lidgerwood, que são chamados - café de máquina, tinham um preço mais elevado."(114).

Do ponto de vista das relações agricultura - indústria a mecanização das operações de beneficiamen- to possibilita a nível da estrutura industrial, o sur- gimento de um incipiente compartimento produtor de - bens de produção(115). Em vários centros produtores - de café fundaram-se fábricas produtoras de máquinas de beneficiamento de café, destacando-se a The Lidgerwood Manufacturing Co, Ltd., instalada em Campinas em 1868 e em São Paulo em 1889, além da Companhia Mac-Hardy, - Manufatureira e Importadora, fundada em 1.875 em Campi- nas(116).

Entretanto, interpunham-se sérios obstáculos

(114) - MONBEIG, Pierre - Pionniers e Planteurs de - São Paulo. Paris, Armand Colin, 1952 - apud, SILVA, Sergio - Op. Cit. p. 54-55.

(115) - CANO, Wilson - Op. Cit. p. 15.

(116) - BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco - A Indústria no Estado de São Paulo em 1.901. São Paulo, Typ. do "Diário Oficial, 1.901. 227p. p. 108-183. A própria "razão social" das fábricas produtoras de máquinas de beneficiamento citadas, indicam a evidente penetração do capital industrial estrangeiro nesse setor, o que- ainda está por merecer estudos mais aprofundados.

à mecanização da lavoura do café, ainda que basicamente restrita às operações de beneficiamento. A grande quantidade de mão-de-obra usada na colheita era um problema que ainda permanecia. Mesmo na situação onde as operações de beneficiamento não fossem inteiramente mecanizadas, era muito grande a defasagem entre essa fase da produção e a colheita. Quanto mais de forma mecanizada se processasse o beneficiamento, mais o problema se agravaria. Assim, a necessidade de manter um grande contingente de força de trabalho pelo sistema de colonato (vinculado permanentemente à fazenda) em virtude da colheita, deixava os fazendeiros pouco à vontade para mecanizarem. Rondava sempre o expéctro de terem que arcar com a remuneração de uma grande quantidade de mão-de-obra ociosa durante o beneficiamento e em outras fases da produção onde empregava-se menor quantidade de colonos. É evidente que uma forma de mecanizar sem remunerar mão-de-obra ociosa em outras fases da produção de menor ocupação da força de trabalho, seria através do emprego de mão-de-obra temporária, principalmente no período da colheita. Disso os fazendeiros estavam perfeitamente cónscios. O Sr. Dário Leite de Barros, da Sociedade Paulista de Agricultura, comentando a iniciativa de Luis Bueno de Miranda, gerente agrícola da Casa Prado Chaves & Cia., ao fundar um núcleo colonial de vários pequenos pedaços de terra e vendê-los a imigrantes, próximo à fazenda Queluz afirma: " Uma vez povoados estes mil alqueires, a fazenda-

Queluz poderá tratar mechanicamente toda a sua importante lavoura, contando com os habitantes do núcleo - "Elias Chaves" para a colheita de sua safra." Diz ainda que "apesar de estarem as fazendas completamente colonizadas, si, entretanto, sair uma ou mais famílias de colonos ou alguns camaradas, o administrador encontra no proprietário do lote um excelente substituto - provisório visto o seu trabalho lhe permitir prestar - alguns dias de serviço, e mesmo porque residindo dentro da fazenda, elle já conhece o sistema de serviço, - regulamentos, horários, etc."(117).

Os problemas de falta de mão-de-obra estimulavam também a mecanização em outros setores da produção além das operações de beneficiamento. O Conselheiro Francisco Xavier, passando a administração da Província em 1.872 a João Teodoro, fazia um balanço da agricultura paulista, onde observava: "Já não é raro ver-se a pesada, a preguiçosa enxada substituída pelos arados e cultivadores americanos, que, tirados por um ou dois animaes, e guiados por dois homens de mediano desenvolvimento muscular, fazem o serviço de vinte trabalhadores robustos e aptivos."(118) Todavia, as dificuldades

(117) - REVISTA AGRICOLA - Lavoura... nº 146, p.535-537.

(118) - Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. João Teodoro Xavier, Presidente da mesma. São Paulo, Typ. Americana, Largo do Palácio nº 2, 1872. p. 15.

de generalizar a mecanização nesse setor também persistiam em virtude da grande quantidade de mão-de-obra usada na colheita. Assim, manifestava-se um cronista do século XIX: " A falta de colonos estrangeiros, contracta operários nacionaes que traz a jornal; mas o trabalho é mal feito e as despesas augmentam; ou então reduz o seu pessoal e amanha as suas terras á machina. Emprega-se no cafézeiro a grade-xarrua que volta as terras sem ferir as raízes. A lavra substitue o trabalho da enchada; transformação profunda na vida rural - que ainda se não operou em parte alguma do Brazil e - que parece hoje desenhar-se em São Paulo. ... Mas o que impede se generalize o uso da xarrua é exigir a colheita um grande número de braços: os colonos bastam - para isso, apenas. Quanto mais se reduz o número d'operários durante o anno, tanto mais augmenta, na occasião da colheita, a desproporção entre os braços disponíveis e os braços necessários."(119).

Fazendeiros e seus representantes na administração do Estado tinham plena consciência de que a possibilidade de evitar-se uma catástrofe no momento da colheita por falta de mão-de-obra e a viabilidade de modernização da agricultura cafeeira através da mecanização, seria possível através do estabelecimento de colonos proprietários próximo às fazendas. É ainda Denis que acrescenta: " a falta d'operários na occasião da -

(119) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 202-203.

colheita podia leval-os (os fazendeiros) a uma catas - trophe. Reflectiram que estabelecendo colonos proprietários a pequena distancia das plantações de café, te riam á mão operários forçosamente fiéis a que poderiam recorrer no momento desejado."(120). Em relatório de- 1.904 o Ministro da Agricultura diz que " o facto de - ter nas colonias um auxilio de braços para a colheita, permittirá transformar e industrializar a cultura do - café; reduz-lhe as despesas, dispensando-a de conser - var durante todo o anno os trabalhadores necessários - para a colheita."(121).

É interessante observar a descrição da fazenda Santa Genebra, contida no Almanaque de Campinas de- 1.901(122). Esta fazenda, situada a poucos quilôme - tros da cidade de Campinas, possuia uma dimensão territorial de cerca de 600 hectares. Contava com 65 casas, mais de 200 mil pés de café plantados e aproximadamen- te 300 trabalhadores. A racionalidade mecanica dessa - fazenda era considerada por muitos contemporâneos como exemplo a ser seguido por todos os fazendeiros. Com - efeito, constava como máquinas empregadas no benefício do café, a seguinte relação: um descascador B(de fer - ro) Engelberg(da Comp. Mechanica), um descascador C - (de ferro) Engelberg(da Comp. Mechanica), um vapor fixo

(120) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 215.

(121) - Apud, Denis, p. 215.

(122) - ALMANACH DE CAMPINAS PARA 1.901. 375p. (s/re - ferencia completa) p. 305.

com caldeiras de 30 cavallos, para movimento das máquinas de café e secadores, moinhos, ventiladores, separadores e despulpadores, todos do fabricante Lidgerwood, 2 catadores(Arens), 2 secadores(Taunay-Telles), 1 vapor de 8 cavallos(Clayton) para despulpador e moinhos, 1 vapor de seis cavallos (Fowles) para serreria.

Parece legítimo relacionar o índice de mecanização dessa fazenda, com as possibilidades com a qual ela contava de contratar mão-de-obra temporária para o período da colheita. O proprietário dessa fazenda, Barão Geraldo de Resende havia fundado a Companhia Sul Brasileira em fins do século XIX, com o propósito de, entre outras coisas, construir a Estrada de Ferro Funilense e fundar o núcleo colonial Campos Sales no Bairro do Funil(123). Portanto, a Fazenda Santa Genebra contava com os pequenos proprietários do núcleo colonial Campos Sales, localizado em suas imediações, que poderiam prestar serviços temporários na colheita.

Em resumo, o aproveitamento da mão-de-obra temporária do pequeno proprietário subsistindo às bordas da grande fazenda, possibilita primeiramente um aperfeiçoamento nos métodos de colheita. O método mais

(123) - LOBO, Pelágio - O Barão Geraldo de Resende; - fidalgo autêntico e Lavrador Benemérito. In: Correio - Paulistano, 28/11/1948.

MARTINS, Amélia de Resende - Um Idealista Realizador: Barão Geraldo de Resende. Rio de Janeiro, - Oficinas Gráficas de Almanak Laemmert, 1939. p.567-587.

racional, o da colheita a lençol, demandava uma quantidade maior de trabalhadores e por isso, para seu uso - generalizado, requeria a contratação de trabalho acessório camponês. Em segundo lugar, é possível a adoção de uma forma de tratamento do café que reduz o tempo - dispendido com a colheita em até cerca de tres meses.- Finalmente, o emprego de mão-de-obra temporária permite que o beneficiamento e determinadas fases do trato do cafeeiro sejam mecanizadas. Dessa forma, quer pelo aperfeiçoamento da qualidade do produto em decorrência da melhoria nos métodos de cultivo e beneficiamento, quer pela redução no tempo da colheita ensejando uma antecipação da reinversão do capital no processo produtivo,- ou pela mecanização de determinadas fases da produção, a existência da pequena propriedade compatibilizava-se com a expansão da acumulação capitalista. Ou seja, a própria racionalidade da reprodução do capital, impunha relações de produção não-capitalistas como forma mais adequada de exploração.

Observe-se que, a acumulação de capital nessas bases, ao longo do tempo permite gradativamente o surgimento de relações tipicamente capitalistas. Em - inícios do século XX, na Fazenda Santa Genebra, acima-referida, não só estava já desenvolvido o emprego de - mão-de-obra assalariada, como existia várias gradações no que respeita à ocupação dos trabalhadores na fazenda, dentre as quais destacam-se as profissões de oficiais, carpinteiros, maquinistas, trabalhadores de en

xada, carroceiros etc., o que atesta uma certa divisão interna de trabalho(124).

Cabe acrescentar ainda que a inserção do pequeno proprietário nas relações de trabalho da grande-fazenda, como mão-de-obra temporária, obedecia a determinadas peculiaridades, que muito contribuíam para o -obscurecimento da exploração a que era submetido. Como pequeno proprietário, produzia meios de vida necessários à sua reprodução e a de sua família enquanto força de trabalho. Assim, na jornada de trabalho da fazenda, o que recebia do fazendeiro para complementar suas necessidades fundamentais, era por ele visto como trabalho sobrante ou lucro. Isso explica o fato do fazendeiro ter podido manter um salário extremamente -baixo, quase sem oscilação durante um período de tempo considerável. À circunstância do pequeno proprietário ver trabalho sobrante no que recebia enquanto colhedor, e não trabalho necessário, aliava-se ao fato-da sua existência não ser em grande parte determinada pelas condições de mercado. Não tendo a sua existência, relação direta com os preços dos meios de vida -no mercado, o seu salário enquanto colhedor podia manter-se baixo. José de Souza Martins, baseando-se em-contemporâneos como Couty, Paul Walle e Pierre Denis, constata que os preços pelo trato de mil pés de café

(124) - ALMANACK DE CAMPINAS PARA 1.901. 375p. (sem -referencia completa) p. 305.

em 1.895 era de 90 mil réis; 50 litros de colheita dos frutos eram pagos à razão de 600 mil réis. Em 1.907, o trato de cada mil pés de café variava entre 60 e 100 mil réis e cada 50 litros de café colhido, entre 500 e 600 mil réis. Quinze anos depois, esses preços tinham sofrido reduzida alteração(125).

No capítulo anterior viu-se de passagem, que a intensa mobilidade da mão-de-obra imigrante nas fazendas de café, constituiu-se em grande estímulo para que a burguesia cafeeira paulista implantasse uma política de fixação do trabalhador à terra através da pequena propriedade. É preciso agora, que se analise, de forma mais acurada, esse aspecto da questão.

O óbice maior à fixação do imigrante, era, - a impossibilidade de forjar-se um ajustamento recíproco de interesses entre colono e fazendeiro, nas relações de trabalho. Esse ajustamento só era possível em fazendas onde o colono pudesse usufruir das terras intercafeeiras para cultivar seus meios de vida. Assim, ao trabalhar para o fazendeiro, o colono vivia a ilusão de estar trabalhando para si, na mesma jornada de trabalho. Porém essa forma de remunerar trabalho era uma possibilidade quase que exclusiva das áreas mais novas, que procedia à abertura de cafezais. Dessa forma, a mobilidade da mão-de-obra foi significativa, chegando em alguns momentos o registro de saída de imigrantes do país, ultrapassar o número de entradas, conforme

(125) - MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p. 87.

foi visto no capítulo anterior. O surgimento da pequena propriedade ao lado da grande fazenda, veio de certa forma cumprir a função de fixar essa mão-de-obra - antes móvel, principalmente nas regiões mais antigas.- Com isso grande parte das despesas desviadas com a renovação do plantel de trabalhadores dessas regiões são eliminadas porque a pequena propriedade passa a funcionar dentre outras coisas, como um viveiro de mão-de-obra que supre as necessidades sazonais da grande lavoura.

É preciso adicionar, que as despesas e os prejuízos acarretados pela substituição frequente, de famílias imigrantes na fazenda eram variados e de grande monta. As dificuldades começavam já a partir do recrutamento da mão-de-obra na Hospedaria de Imigrantes. O período de espera para conseguir-se a mão-de-obra desejada era longo, e as contravenções entre fazendeiros e corretores eram frequentes, como atesta um jornal de fins do século XIX: "Alguns(fazendeiros) que se acham aqui há quinze dias, nada conseguiram, não obstante a intervenção dos corretores autorizados pela Sociedade-Promotora de Imigração(...). Informam-nos eles que os corretores desfazem os ajustes uns dos outros(...). Há mais um fato digno de nota: os fazendeiros inscrevem - se num livro na ordem de sua apresentação na Hospedaria, mas têm o desprazer de ver outros, inscritos muito abaixo, saírem servidos(...)"(126).

(126) - A Província de São Paulo, 7 de abril de 1.888. Apud, Beiguelman, Paula - A Formação do Povo no Complexo Cafeseiro: aspectos políticos. 2ªed. São Paulo, Fioneira, 1977. p. 73-74.

Além dessas dificuldades, a substituição de famílias de imigrantes que deixavam a fazenda, por outros recém-chegados da europa, requeria às vezes, que o fazendeiro alocasse recursos para contratar alguém - que falasse a língua do imigrante, conforme Pierre Denis: "Os fazendeiros que procuravam trabalhadores visitavam pessoalmente os recém-chegados ou enviavam-lhes emissários que falavam a língua d'elles."(127). Provavelmente com o auxílio de uma pessoa que falasse a língua do imigrante, o fazendeiro podia tratar de forma mais direta com o trabalhador, convencendo-o com as vantagens a ele oferecida, além de correr risco menor de ser passado para traz na lista de espera.

Necessário se faz ainda lembrar que toda substituição que se fazia de colonos que abandonavam a fazenda, acarretava despesas de transporte da família do imigrante e suas bagagens, da estação mais próxima até a fazenda(128). A frequência da substituição de trabalhadores em virtude dos altos índices de mobilidade, devia acarretar aos fazendeiros uma despesa razoável com transporte de imigrantes à fazenda, no final de cada ano agrícola.

Muitas vezes, a necessidade premente do fazendeiro de substituir a mão-de-obra de sua fazenda, obrigava-o até mesmo a assumir dívida de colonos que se transferissem para sua fazenda: "... Mandei buscar-

(127) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 175.

(128) - Idem, *ibidem*, p. 177.

na fazenda Quilombo do Dr. Ezequiel uma outra família - também muito boa com quatro pessoas de trabalho pagando-lhe um débito de 135\$000(129) ... "ao administra - dor da Fazenda São Jeronymo - O portador é carroceiro - desta fazenda e vai buscar a bagagem de Florentino Antonio Lino que ajustou-se para camarada nesta fazenda - que fica responsável pelo débito de cinquenta e sete - mil réis que diz o mesmo ter para com esta fazenda... .."(130).

Diante das dificuldades interpostas pelo - mercado de trabalho, muitos fazendeiros eram obrigados a investir em novas plantações de café, mesmo que essa iniciativa não obedecesse aos parâmetros do que seria - a sua melhor opção em termos de investimento econômico. Todavia, tinha que assim proceder, pois uma nova plan - tação de café era sempre uma necessidade para assegu - rar a permanência do trabalhador na fazenda. Só assim - o colono contava com a possibilidade do cultivo inter - calar, o que era por ele considerado uma boa condição - de trabalho(131).

Afora todo o prejuízo acarretado pelo dispen

(129) - ARQUIVO DA FAZENDA SANTA GERTRUDES - Copiador - nº 1, p. 151. Apud, BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo - Op. Cit. p. 146.

(130) - Idem - Copiador nº 26, p. 337 - Op. Cit. p.146.

(131) - BOTELHO, Carlos - Op. Cit. p. 5; HOLLOVAY, Tho - mas - Op. Cit. p. 158 e 166.

dio de capital com substituição de mão-de-obra, é preciso notar que para o sucesso da produção, muito contava a habilidade e a familiaridade do trabalhador aos métodos de cultivo(132). Depoimentos da época, acerca do pesado encargo representado pela instabilidade da mão-de-obra para os fazendeiros agregam que "...se lhe não resta esperança alguma(ao fazendeiro) de encontrar no local trabalhadores ao corrente do trabalho das plantações, resolve dirigir-se á agencia de colonização de São Paulo e resigna-se a tomar um pessoal inexperiencede que precisa d'instruir durante alguns meses."(133).

A habilidade e a familiaridade do trabalhador era necessária especialmente para determinadas operações de trato do cafeeiro. A poda do café por exemplo, era uma tarefa que apesar de não ser de difícil execução, nem sempre era confiada a qualquer colono. Vários cronistas acentuam a necessidade do aprendizado que a operação requeria. Sabonariere, abordando vários aspectos da cultura do café em Ceylão, diz que "devem-se escolher os coolis melhores e mais inteligentes para tal operação; até convém ensinar as mulheres a se servirem da podadeira como os homens, e é o que tenho feito quando compelido a recorrer ao préstimo dellas na falta de braços masculinos."(134). Conforme Couty, em Ibicaba, eram escolhidos seis dos negros-mais "inteligentes" para formar a turma de po -

(132) - BASSANEZI, M.S.C.B. - Op. Cit. p. 160.

(133) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 189.

(134) - SABONARIERE, Guillaume - O fazendeiro de café - na Ilha de Ceylão. Ceylão, 1871, p. 42.

dadores(135). Denis acrescenta: "A poda, por exemplo, que não é ainda geralmente praticada, não é feita nunca pelos colonos, mas por grupos de trabalhadores especialistas que circulam pelo Estado e se alugam por empreitada. O colono não é mais do que uma machina: se o deixar podar os cafezeiros, mata-os-lá. Sabe Deus se os podadores, aos quaes confiam, os maltratam já. Manejam o podão e a machada com uma brutalidade que causa dó."(136).

É razoável supor que a prática de assalariamento a trabalhadores avulsos, especializados em podadecorria da impossibilidade de empregar o próprio colono nessa tarefa em virtude do alto índice de mobilidade da força de trabalho. Com efeito, a tarefa, que requeria certa familiaridade, não podia ser delegada a colonos, cujo tempo de permanência na fazenda, via de regra não o habilitava a desempenhá-la com eficiência.

Farece ter ficado claro, portanto, que a mobilidade da força de trabalho, colocava obstáculos de natureza variada para o desenvolvimento adequado da - acumulação de capital na economia cafeeira. Esses obstáculos envolviam desde desvios frequentes de capital para a renovação do plantel de trabalhadores que deixavam as fazendas, até a impossibilidade de empregar-

(135) - COUTY, Louis - Étude de Biologie Industrielle sur de café. Rio de Janeiro, 1.883. p.31.

(136) - DENIS, Pierre - Op. Cit. p. 181.

o próprio colono em tarefas que requeriam uma certa especialidade. Uma porção significativa de capital que - podia ser revertido diretamente no processo produtivo - dinamizando assim a acumulação capitalista, era empregado, em virtude dessa circunstância, de forma pouco - proveitosa, do ponto de vista do capital.

A possibilidade de reversão desses obstáculos, estava essencialmente centrada no desenvolvimento de uma política de fixação do imigrante. Diante de todos os onus decorrentes da mobilidade de mão-de-obra, - era natural que fazendeiros, cronistas e estadistas ao proporem a criação da pequena propriedade, colocassem - como um de seus argumentos centrais a fixação do imigrante à terra.

Igualmente aqui, portanto, a pequena propriedade, ao fixar um contingente apreciável de trabalhadores nas proximidades das fazendas de café, apresentava-se como uma forma de produção compatível com a expansão da acumulação capitalista.

Constatou-se até agora, que a pequena propriedade promovia a fixação da mão-de-obra imigrante. Ao fazê-lo, criava um contingente grande de força de trabalho em potencial para a fazenda de café. Esse exército de trabalhadores localizados estrategicamente nas proximidades das fazendas de café viria a possibilitar uma dinamização do processo de acumulação de capital - na economia cafeeira paulista, por várias razões. Primeiramente, era possível mecanizar cada vez mais as -

operações de beneficiamento e determinadas fases do -
trato do cafeeiro, sem remunerar mão-de-obra ociosa, -
pois no momento da colheita, quando era necessário -
grande quantidade de trabalhadores, contratava-se tem
porariamente força de trabalho das pequenas propriedada
des. Era viável ainda, conforme analisou-se anterior-
mente, a melhoria dos métodos de tratamento do café -
conseguindo-se um produto de melhor qualidade cuja -
classificação cotava-o com os melhores preços no mer-
cado. A possibilidade de diminuição do tempo de dura-
ção da colheita, ensejava uma substancial antecipação
do retorno de capital a ser reinvertido no processo -
produtivo. As despesas com a renovação constante do -
plantel de trabalhadores, seriam em grande parte eli-
minadas.

Porém essas condições favoráveis para a econo
mia cafeeira paulista só poderiam efetivar-se, ao -
ser a força de trabalho do pequeno proprietário, de -
potencial transformada em real. Isso somente se viabili
lizaria mediante pelo menos duas situações: A situa -
ção econômica do pequeno proprietário deveria ser sem
pre precária, o que o obrigaria a complementar seus -
ganhos assalariando-se temporariamente nas fazendas -
de café. Em segundo lugar era preciso forjar uma si
tuação de dependência do pequeno proprietário para -
com o fazendeiro.

Sobre o primeiro aspecto, ao caracterizar-
se no capítulo anterior a existência do pequeno pro-
prietário em vários ângulos, ficou claro que as suas-

condições de vida não poderiam ser senão precárias. - Resta adicionar ao que já foi dito anteriormente que a comercialização do excedente de meios de vida feita pelo pequeno proprietário era frequentemente interceptada pela ação dos atravessadores. Em várias ocasiões - foi necessária, por exemplo, a intervenção da Câmara Municipal de São Paulo para beneficiar o comércio direto dos pequenos proprietários das imediações. Porém essas tentativas foram inúteis, e o atravessador continuou agindo no sentido de explorar e reduzir os ganhos do pequeno proprietário e elevar os preços dos gêneros de primeira necessidade nos centros urbanos(137).

A sua situação de precárias condições de existência era por si só uma contingência que o obrigava a vender temporariamente sua força de trabalho ao fazendeiro de café. Outros artificios eram forjados no sentido de acentuar a dependência do pequeno proprietário em relação ao fazendeiro. Maria Sylvia lembra que o sistema de compadrio era uma instituição muito comum e que se consubstanciava principalmente em um instrumento de dominação pessoal que o fazendeiro assegurava em relação aos sitiantes próximos. Isso garantia ao fazendeiro a fidelidade política do pequeno proprietário e facilitava laços de exploração econômica. A eventual assistência econômica do fazendeiro ao pequeno proprie

(137) - MARTINS, José de Souza - A Imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973. p. 59.

tário era também um artifício usado para acentuar essas relações de dependência que vigenciava entre am bos(138). Efetivamente a "proteção" ao pequeno pro prietário era uma estratégia necessária para assegurar uma articulação vantajosa do ponto de vista econômico, entre grande e pequena propriedade. Carlos Botelho, já tantas vezes citado ao longo deste trabalho, propondo a política de desenvolvimento da pequena pro priedade, acentua: "Contudo, não basta que a terra - fertil exista e que sua aquisição seja fácil para - que a localização do imigrante se nos afigure proble ma resolvido, para que sua estabilidade esteja garantida, para que nosso crédito colonizador se mantenha. Devemos ao nosso hóspede protecção permanente contra tudo e a despeito de tudo, enquanto elle não se adapta ao nosso meio, enquanto com timidez e desconfiança encara tudo e todos que o rodeiam."(139).

Permeado por essa atmosfera de proteccionismo, que ocultava uma relação desigual entre fazendeiro e pequeno proprietário, estabeleciam-se vínculos de dependência do segundo para com o primeiro, que muito estimulavam a racionalidade do plantio e do be neficiamento do café. Apenas para exemplificar essa assertiva é necessário retomar o que de passagem foi

(138) - FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1974, 1.976(reimpressão) p. 78-91.

(139) - BOTELHO, Carlos - Op. Cit. p. 13-14(grifo meu).

dito no capítulo anterior. Viu-se que, o pequeno proprietário, por contratos previamente estabelecidos, - oferecia ao fazendeiro de café, além de gêneros de primeira necessidade, também a lenha, e segundo afirmações de autoridades representativas da burguesia cafeeira, por preço excepcionalmente barato. Viu-se também que o pequeno proprietário, quando formava uma pequena lavoura de café, não possuindo a custosa maquinaria de beneficiamento de café, fazia-o às vezes na "usina" do fazendeiro. Pagava uma quantia por arroba de café beneficiado, ou, o que era comum, pagava com as próprias palhas do benefício de seu café.

Em relação à compra de gêneros de primeira necessidade por parte do fazendeiro, não é necessário discorrer longamente a respeito das vantagens decorrentes desse artifício. O fazendeiro necessitava em função disso, de deslocar uma quantidade menor de meios de produção para o cultivo de gêneros de primeira necessidade. Evitava assim desviar-se de seu objetivo principal voltado para uma economia de exportação. Os custos de importação de meios de vida eram minimizados.

A compra da lenha e das palhas do café do pequeno proprietário, possibilitava ao fazendeiro o uso mais generalizado do processo de secagem artificial do café. Em 1.902 existia no Estado de São Paulo cerca de 75 fazendas de café usando secadores artificiais. O grande problema para o uso desses secado -

res, era a escassez de combustível, principalmente a lenha e a palha de café. Portanto, o pequeno proprietário fornecendo esses produtos ao fazendeiro, estava possibilitando uma racionalidade maior nos métodos de beneficiamento de café. Exaltando os benefícios da secagem artificial, dizia Lalière: "... relembramos to davia (apesar de não estarem totalmente disseminados) - que a secagem artificial subtrai o fazendeiro das im tempéries e abriga-o da falta de braços; permite-lhe - ao mesmo tempo exportar rapidamente sua colheita e obter preços mais altos. Enfim, melhora, de uma mane ira geral, a qualidade do café."(140).

A palha do café tinha ainda outra utilidade, que a tornava muito atrativa ao fazendeiro. Além de - ser útil como combustível era igualmente aproveitada - com êxito na adubação do cafeeiro. Vários artigos fo ram publicados por agrônomos em revistas especializa - das da época, discorrendo sobre a composição da palha do café e a forma de utilizá-la como adubo. Em virtu de da relativa facilidade a seu acesso, era possível - usá-la como um dos componentes capaz de recuperar o - solo, sem deprimir as margens de lucro do café. Rica - em potássio e cal e relativamente rica em ácido fosfó - rico, esse tipo de adubo prestava-se muito bem à re - cuperação do solo para o café, por serem essas subs - tâncias necessárias ao desenvolvimento da planta. - Assim, guardada durante algum tempo, até ocorrer a -

(140) - LALIÈRE, A. - Op. Cit. p. 194.

primeira fermentação, estava pronta para ser usada na lavoura cafeeira(141).

Portanto parece não restar dúvidas que ao desenvolverem-se essas relações entre grande e pequeno proprietário, uma vez mais constata-se a compatibilidade e a harmonia da existência desse camponato-na ordem social capitalista de que fazia parte.

(141) - Sobre a recuperação do solo com palhas de café, consultei:

MENDES, Carlos Teixeira - Idéias Gerais Sobre a Adubação do Cafeeiro; da influência dos adubos orgânicos na restauração dos nossos cafezais em decadência. In: O Café no Segundo Centenário de Sua Introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. do Dep. Nacional do Café, 1934. 464p. (vários autores) p. 435-438

MAGER, E. - Adubação dos Cafeeiros. In: Revista Agrícola. Lavoura... Ano XIII, 15/9/1907, nº 146.

5. O PAPEL DO CAMPESINATO NO CONJUNTO DA ECONOMIA BRASILEIRA.

Analisando anteriormente a função do pequeno proprietário enquanto categoria que estimulava o desenvolvimento da acumulação de capital no café ao prestar mão-de-obra temporária à grande lavoura, constatou-se que produzindo meios de vida em sua pequena-lavoura, possibilitava ao fazendeiro remunerá-lo com um salário extremamente baixo. Constatou-se ainda, que o excedente dos meios de vida produzidos pela pequena propriedade era comercializado nos centros urbanos - mais próximos. É preciso lembrar, portanto, que a comercialização do excedente dos meios de vida produzidos pelo pequeno proprietário viria também contribuir para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho na indústria, já que o valor desta correspondia ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A partir de 1.880, já se revelaria no Brasil, o primeiro surto industrial com a formação de numerosas empresas. Em 1.889, estimava-se a existência de 54.169 operários. O Censo de 1907 acusa a existência de 150.841 operários, sendo que - nessa época São Paulo colocava-se em segundo lugar em

termos de produção industrial, situando-se logo após - o Distrito Federal(142). Portanto, o número de operá - rios existentes requeria cada vez mais a produção de gêneros de primeira necessidade sob pena do aumento - das importações de produtos alimentares, encarecer o valor da força de trabalho urbana a ponto de diminuir - significativamente a margem de lucro do empresariado - em formação. É curioso observar a coincidência da for - mação da pequena propriedade com a diminuição progres - siva da importação de produtos alimentares do Estado - de São Paulo, em relação à produção paulista. Entre - 1901 e 1905, o Estado importava 50% do total da produ - ção do arroz produzido em São Paulo; entre 1911 e 1915, essa porcentagem cai para 1,0%; de 1916 a 1920, São - Paulo não importava arroz. Em relação ao feijão a por - centagem é de 0,6% entre 1901/5, 0,5% entre 1911 e - 1915, e 0,0% entre 1916-1920. Em nenhum desses tres pe - ríodos houve importação de milho; para a batata, não - há dados para o período 1901-1905, mas entre 1911-1915 importava-se 10% da produção paulista. Essa cifra cai - para 4,7% entre 1.916-1.920(143). Portanto, observa-se uma auto-suficiência progressiva em termos de produ - ção alimentar, o que certamente terá contribuído para - o alento da produção industrial, principalmente porque, o item alimentação era o que mais onerava o consumo mé

(142) - SIMONSEN, Roberto C. - Evolução Industrial do - Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional-EDUSP, - 1973. p. 16-17.

PRADO JUNIOR, João - História Econômica do Bra - sil. 20ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.p.257-270.

(143) - CANO, Wilson - Op. Cit. p. 59, tabela 5.

dio de uma família operária urbana(144).

Diante disso, é necessário então apontar também a compatibilidade entre a constituição da pequena-propriedade e o desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia brasileira do período.

-
- (144)-HARDMAN, Francisco Foot -"Trabalho Urbano e Vida Operária."In: MENDES JUNIOR, A. e alli(Org) - Brasil História - Texto & Consulta. República Velha. São Paulo, - Brasiliense, 1979. vol. 3, p. 297-298.

-147-

C O N C L U S ã O

CONCLUSÃO

Como fêcho dessas reflexões, considero importante insistir no que já foi ressaltado no início. O resultado da experiência de implantação de pequenas unidades produtivas na ordem capitalista de produção da economia cafeeira, não se reverteu em nenhuma forma de benefício a esse campesinato. O bem estar, a melhoria das condições materiais e a felicidade do camponês, apregoados pela burguesia cafeeira, consubstanciaram-se na sua contrapartida lógica, ou seja, na preservação e intensificação da exploração do trabalhador do campo.

Entretanto, a burguesia cafeeira paulista, aproveitou-se de todas as formas desse empreendimento. A pequena propriedade significou antes de tudo, a desarticulação de um potencial negador na prática política do colono, em relação ao sistema de exploração vigente no colonato. Dessa forma, a reprodução do sistema estaria assegurada, com poucos riscos de manifestações sociais que pudessem abalar suas bases. Mas o capital cafeeiro não se beneficiou apenas dessa circunstância, por si só já muito importante. Conforme constatou-se ao longo do desenvolvimento do trabalho, o surgimento do campesinato possibilitou uma dinamização do processo de acumulação de capital da economia cafeeira por várias razões. A

pequena propriedade promoveu a fixação da mão-de-obra imigrante, antes apresentando um alto índice de mobilidade. Ao fazê-lo, possibilitou a canalização de capitais para o processo produtivo que antes eram des-
viados para a renovação constante do plantel de trabalhadores que deixavam as fazendas. A fixação permitiu cada vez mais o emprego do próprio colono em tare-
fas que requeriam certa especialidade. Foi possível -
mecanizar cada vez mais as operações de beneficiamen-
to, bem como determinadas fases do trato do cafeeiro. Isso, sem renumerar mão-de-obra ociosa, já que por o-
casão da colheita, que requeria grande quantidade de trabalhadores, contratava-se temporariamente força de trabalho das pequenas propriedades. Esse campones viabilizou a melhoria nos métodos de tratamento do café. Passou-se a produzi-lo com uma melhora sensível de qualidade, que cotava-o com os melhores prêços no merca-
do. A diminuição do tempo de duração da colheita, de--
corrente do aproveitamento da mão-de-obra temporária do camponês, ensejou uma efetiva antecipação do retorno de capital a ser reinvertido no processo produtivo.

Finalmente, considero importante repensar a validade metodológica de uma ideologia totalizadora ainda em voga que contrapõe as categorias pertencentes ao modo de produção capitalista a tudo o que é considerado o outro e portanto "excepcional", "exterior" e "desviante". É preciso pensar que muito embora o sistema capitalista tenha estabelecido um princípio -
motor único em escala mundial, esse mesmo sistema ja mais comportou a uniformidade do mundo.

No caso específico dessa análise, o "desviante" e "exterior", seria a pequena propriedade familiar flo rescendo no seio da economia cafeeira paulista, e que portanto, movida pelo progresso das forças produtivas, estaria fadada a desaparecer. Todavia, acredito ter de monstrado que, contraditoriamente, o progresso das forças produtivas é que em grande parte foi movido pela pequena propriedade. Nesse sentido, aqui ela não desapa rece com a expansão do capitalismo, mas ao contrário, é chamada a integrar-se à ordem capitalista, ou seja, a própria racionalidade da reprodução do capital assimila e metaboliza relações de produção não-capitalistas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

PONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - TL. Offícios Diversos de Rio Claro, 1866-1891, caixa 398. Recurso do London and Brazilian Bank, firma em liquidação e proprietária da fazenda Angélica, ao Presidente da Província em 1 de julho de 1888.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Lançamento dos Impostos Sobre Indústrias e Profissões para o Exercício de 1890 a 1891.

FORUM DA COMARCA DE CAMPINAS. Juizo de Direito e do Comércio da 1ª vara da Comarca de Campinas, anno de 1902.

FORUM DA COMARCA DE CAMPINAS. Juizo de Direito e do Comércio da 1ª vara da Comarca de Campinas. Campinas. 7/11/1902. Auto de Avaliação.

FORUM DA COMARCA DE CAMPINAS. Juizo de Direito e do Comércio da 2ª vara da Comarca de Campinas. Campinas. 19/11/1902. Auto de Avaliação.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. CONTRACTOS COMERCIAIS.

____ Contrato nº 219, 9/4/1892, Livro nº 6 da firma An-
drade Mattos & Companhia de Taubaté.

____ Contrato nº 226, 12/4/1892, Livro nº 6 da firma Pereira & Silva de Monte Alegre, Municipio de
Amparo.

- _____ Contrato nº 284, 20/6/1892, Livro nº 8 da firma -
Bastos & Companhia, negociantes de Serra Negra.
- _____ Contrato nº 452, 29/12/1892, Livro nº 12 da firma
Andrade, Porto & Companhia de Taubaté.
- _____ Contrato nº 461, 9/1/1893, Livro nº 12 da firma
Souza, Arruda & Cia de Campinas.
- _____ Contrato nº 576, 3/4/1893, Livro nº 15 da firma
Henrique Passos & Michelone de São João da Boa
Vista.
- _____ Contrato nº 624, 18/5/1893, Livro nº 16 da firma
Roze & Hnoneles, de Araraquara.
- _____ Contrato nº 655, 19/5/1893, Livro nº 17 da firma
Ribeiro & Toledo, Jaboticabal.
- _____ Contrato nº 859, 26/3/1894, Livro nº 22 da firma
Ribeiro, Souza & Prado de Araraquara.

FONTES IMPRESSAS

Almanach de Campinas para 1901. Campinas, 1901.(s/ referencia completa).

Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Campinas, 1912. Org. Benedicto Octavio e Vicente Melillo.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco - A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Typ.do "Diário Official, 1901.

BOTELHO, Carlos J. - A Colonização e a Limitação da Plantação Cafeeira; trabalho apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Paulista de Agricultura, Commércio e Industria realizada em São Paulo, no dia 15 de julho de 1902. São Paulo, Duprat & Comp., 1902.

CARVALHO, Delgado de - Le Brezil Méridional; étude économique sur les états du sud S. Paulo, Paraná, Santa Catharina et Rio-Grande-do-Sul. Paris, Société Anonyme de Publications Periodiques, 1910.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. - O Brasil. Suas Riquezas Naturaes. Suas Indústrias. Rio de Janeiro, M.Orosco & Cia., 1908. vol.II, Indústria Agrícola.

CONGRESSO AGRÍCOLA. - Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878.

COUTY, Louis - Le Brésil en 1884. Rio de Janeiro, 1884.

- COUTY, Louis - Étude de Biologie Industrielle sur le café; Rapport adressé à M. le Directeur de L'École Polytechnique. Rio de Janeiro, Imprimerie du "Messager du Brésil", 1883.
- DENIS, Pierre - O Brazil no século XX; versão portuguesa. Lisboa, José Bastos & Cia. Editores, s/d.
- Estatística Agrícola e Zootechnica de Campinas no anno Agrícola de 1904-1905. São Paulo, Typografia Brazil Carlos Gerke & Rotschild, 1907.
- LAERNE, C.F. Van Delden - Le Brésil et Java; rapport sur la culture du café en Amérique, Asie e Afrique. Paris, Challamel Aîné, 1885.
- LALIÈRE, A. - Le Café dans l'état de Saint-Paul (Brésil) Paris, Augustin Challamel Editeurs, 1909.
- LAVRADOR - A Magna Questão. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 6/1/1870, nº 20.
- _____ - Ainda a Grande Questão. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 27/1/1870, nº 26.
- _____ - Questões Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. - Campinas, 20/2/1870, nº 33.
- _____ - _____. In: Gazeta de Campinas. - Campinas, 21/2/1870, nº 34.
- _____ - _____. In: Gazeta de Campinas. - Campinas, 27/2/1870, nº 35.
- _____ - _____. In: Gazeta de Campinas. - Campinas, 24/4/1870, nº 50.

LAVRADOR - Colonização. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 12/5/1870, nº 55.

LOBO, Pelágio - O Barão Geraldo de Resende; fidalgo autêntico e Lavrador Benemérito. In: Correio Paulistano. São Paulo, 28/11/1948.

MAGER, E. - Adubação dos Cafeeiros. In: Revista Agrícola. Lavoura Comercio e Indústria. Ano XIII, 15/9/1907 nº 146.

MARTINS, Amélia de Resende - Um idealista realizador: Barão Geraldo de Resende. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas de Almanak Laemmert, 1939.

MENDES, Carlos Teixeira - Idéias gerais sobre a adubação do cafeeiro; da influencia dos adubos orgânicos na restauração dos nossos cafezais em decadencia. In : O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. do Dep. Nacional do Café, 1934. (vários autores). p. 435-438.

RAMOS, Augusto - Máquinas primitivas para beneficiar café. In: O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. (vários autores). Rio de Janeiro, Ed. do Dep. Nacional do Café, 1934. p. 75-77.

Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa da Província de São Paulo na 1ª sessão da 14ª Legislatura pelo Presidente Dr. João Tacyntho de Mendonça. São Paulo, Typ. Imparcial, 1862.

Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. João Teodoro Xavier, presidente da mesma. São Paulo, Typ. Americana, Largo do Palácio nº 2, 1872.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a Administração da Província de São Paulo ao Exm. Sr. Dr. Francisco Dutra Rodrigues, 1º Vice-Presidente no dia 27 de abril de 1888. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Sekler, 1888.

Revista Agrícola. Lavoura Comercio e Indústria. Publicada sobre a direção de Fernando Werneck e redação dos Drs. Luis P. Barreto, Carlos Botelho e Augusto Ramos. - Ano XIII, 15 de setembro de 1907, nº 146.

ROCEIRO - Interesses Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 2/2/1870, nº 28.

_____ - A Lavoura. In: Gazeta de Campinas. 6/3/1870. - nº 37.

_____ - Questões Agrícolas. In: Gazeta de Campinas. - Campinas, 10/4/1870, nº 47.

_____ - _____. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 27/3/1870, nº 43.

_____ - _____. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 31/3/1870, nº 44.

_____ - _____. In: Gazeta de Campinas. Campinas, 21/4/1870, nº 49.

SABONADIERE, Guilherme - O fazendeiro de Café na Ilha de Ceylão. Ceylão, 1871.

Sociedade Central de Imigração. Divisão em Lotes para Imigrantes, das fazendas Hypotecadas ao Banco do Brasil Anexo 2. In: COUTY, Louis - La Petite Culture et L'Immigration Européenne, 1883-1884.

TAUNAY, A. de E. - História do Café no Brasil: no Brasil Imperial, 1872-1889. Rio de Janeiro, Ed. Dep. Nacional do Café, 1939. vol.7, tomo V.

BIBLIOGRAFIA

- BASSANEZI, Maria S.C. Beozzo - Fazenda Santa Gertrudes;
uma abordagem quantitativa das relações de trabalho,
em uma propriedade rural paulista, 1895-1930(Tese
Dout. Fac.F.C. e Letras de Rio Claro, 1973).
- BEIGUEIMAN, Paula - A formação do povo no complexo ca-
feeiro: aspectos políticos. 2ª ed. Rev. e Ampl. São
Paulo, Pioneira, 1977.
- BERNARDO, Antonio Carlos - Legislação e Sindicalismo :
uma contribuição à análise da industrialização bra-
sileira(1930-1945). (Tese Dout.em Ciências - Socio-
logia - apres.Fac.Fil.C.L. de Assis, 1973).
- BRESCIANI, Maria Stella Martins - Suprimento de mão-de
-obra para a agricultura: Um dos aspectos do fenô-
meno histórico da Abolição. In: Revista de Histó-
ria, nº 106, 1976, p333-353.
- CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em
São Paulo. Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. - La brecha campesina en el
sistema esclavista. Departamento de Investigações
Históricas del Instituto Nacional de Antropologia e
História. México, s/d - mimeog.
- COSTA, Emilia Viotti da - Da Monarquia à República; Mo-
mentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- _____ - Da Senzala à Colonia. São Pau-
lo, Difel, 1966.

- DEAN, Warren - A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro, 1870-1920. In: Revista de História, vol. LIII, nº 106, ano XXVIII, 1976. São Paulo, p.487-494.
- _____ - Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DINIZ, Diana M.de F.Leal - Rio Claro e o café; Desenvolvimento, apogeu e crise, 1850-1900. (Tese Dout. Fac. F.C.e Letras de Rio Claro, 1973).
- DÓRIA, Palmerio e alli - A Guerilha do Araguaia. S.Paulo, Alfa-Omega, 1979(História Imediata, 1).
- EISENBERG, Peter L. - O Homem Esquecido: o Trabalhador Livre Nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa. Campinas, 1978(mimeogr.).
- ENGELS, Friedrich - A questão camponesa em França e na Alemanha. Coimbra, Centelha, 1974.
- FAUSTO, Boris - "Expansão do Café e Política Cafeeira". In: Boris Fausto(org.) - História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol.1. São Paulo, Difel, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1976.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- CEBARA, Ademir - O Fazendeiro de Escravos na cidade que cresce. In: Anais de História, Assis, 1977-1979. p. 127-139.

- GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio.
3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.
- HALL, Michael M. - The Origins of mas Immigration in Brazil(1871-1914). University Microfilm, 1972.
- HALL, M.M. e ALIER, Verena Martinez - Greve de Colonos da Primeira República. CEDEC, São Paulo, II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, 17,18 e 19 de maio de 1979.(mimeog.).
- HARDMAN, Francisco Foot - "Trabalho Urbano e Vida Operária". In: MENDES JUNIOR, A. e alli(Org.). - Brasil História - Texto & Conseulta. República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1979. vol.3, p. 297-298.
- HOBSBAWM, Éric J. - Las Revoluciones Burguesas. 4ª ed. Madrid, Guadarrama, 1976.
- HOLLOWAY, J.H. - Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Uma análise preliminar. In: Estudos Economicos. São Paulo, vol.2, 1972, nº 6, p. 145- 181.
- IANNI, Octávio - "O Progresso Economico e o Trabalhador-Livre". In: HOLANDA, Sérgio Buarque(org.) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1969, Tomo II, vol.3ª.
- KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária. Porto, Portucalense - Editora, 1972. vol. I.
- LAPA, José Roberto do Amaral - História de Campinas: a tarefa para os próximos dez anos. Campinas, IFCH-UNICAMP s/d(mimeog).

- LAPA, José Roberto do Amaral - Historiografia Campineira
Campinas, IFCH-UNICAMP, s/d, (mimeog.).
-
- Primeiras notas para uma
bibliografia da História de Campinas. Marília, 1966.
(Sep. Revista Estudos Históricos), Marília, 5/6:281 -
-375, 1966.
- LEFF, Nataniel H. - "Economic Retardation in Nineteenth
Century Brazil". In: The Economic History Review ,
vol. 25, nº 3 (ag. 1972).
- LENIN, V.I. - El Desarrollo del Capitalismo en Russia.
Barcelona, Ariel, 1974.
- LEVI, Darrel E. - A Família Prado. São Paulo, Cultura 70
Livraria e Editora S/A, 1977.
- LIMA, João Francisco Tiêi - A Ocupação da Terra e a Des
trução dos Índios na Região de Bauru. (Dissert. de /
Mestrado em Ciências Humanas na área de História So
cial, FFCH - USP, São Paulo, 1978.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Parceria e Capitalismo. Rio
de Janeiro, Zahar, 1977.
- LUZ, Nícia Villela - O Papel das Classes Médias Brasilei
ras no Movimento Republicano. In: Revista de História
nº 57, vol. XXVIII, ano XV. São Paulo, 1964, p.13-27.
- MANTOUX, Paul - La Revolution Industriale en el Siglo -
XVIII. Madrid, Aguilar, 1962.
- MARTINS, José de Souza - Ciência e crise política: A So
ciologia a caminho da roça. In: Encontros com a Civi
lização Brasileira, nº 12. Rio de Janeiro, 1979.
-
- A Imigração e a Crise do Brasil
Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.

- MARTINS, José de Souza - A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colono nas fazendas de café. In: O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p.7-95.
- MARX, Karl - O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d. Livro 1, vol. I, parte quarta, cap. XI, XII e XIII; Livro 1, vol. II, parte sétima, cap. XXIV; Livro 3, vol. V, cap. XVI e XX.
- _____ - Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____ - Manifesto do Partido Comunista. In: Marx, K. e Friedrich Engels - TEXTOS. São Paulo, Edições Sociais, s/d. vol. III.
- MATOS, Odilon Nogueira de - Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio ; contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, 1975. (Tese-Dout. I.F.C.H. - UNICAMP)
- MONBEIG, Pierre - Pionniers et Planteurs de São Paulo. - Paris, A. Colin, 1952.
- NOVAIS, Fernando A. - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo, Hucitec, 1979.
- OBERACKER JR., Carlos H. "A Colonização Baseada no Regime de Pequena Propriedade Agrícola". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977. Tomo II, vol. 3º.

- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de - Considerações sobre a formação do capitalismo. Campinas, 1977 (Tese de Mestrado, UNICAMP - IFCH).
- PORTELA, Fernando - Guerra de Guerrilhas no Brasil. São Paulo, Ed. Parma Ltda., 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio - História Econômica do Brasil. 20ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- _____ - A questão Agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- _____ - A Revolução Brasileira. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho campones ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto C. - Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional - Ed. da Univ. de São Paulo, 1973.
- STEIN, Stanley J. - Grandeza e Decadência do Café, com referência especial ao município de Vassouras. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo). In: Samir Amin e K. Vergopoulos A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.